

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

LAVÍNIA MORAES STRECK

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA: A INSERÇÃO NA PERSPECTIVA DE
ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL**

**São Borja
2019**

LAVÍNIA MORAES STRECK

**SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA: A INSERÇÃO NA PERSPECTIVA DE
ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a PhD. Simone Barros de Oliveira

**São Borja
2019**

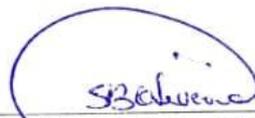
LAVÍNIA MORAES STRECK

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO BÁSICA: A INSERÇÃO NA
PERSPECTIVA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02 dezembro de
2019.

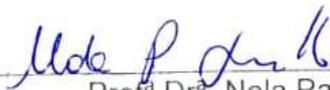
Banca examinadora:



Prof^a. PhD. Simone Barros de Oliveira
Orientadora
UNIPAMPA



Prof^a. Dr^a. Monique Soares Vieira
UNIPAMPA



Prof^a. Dr^a. Nola Patrícia Gamalho
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha mãe Sandra, que esteve sempre ao meu lado, nunca deixou de acreditar no meu potencial, é tudo por ela, meu anjo na terra.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao meu Deus, que me fortaleceu nessa jornada, e principalmente na construção desse trabalho, me mostrando que eu posso tudo nele que me fortalece, e que a luta é grande, porque a vitória é maior ainda. Agradeço a minha família, que não mediu esforços para que eu tivesse todo apoio para seguir em frente, e estavam todos lá para me segurar quando eu cai. Em especial com todo meu amor, a minha mãe Sandra, mulher guerreira, que é exemplo de superação de vida, que nunca desistiu dos sonhos dela, e nunca deixou que nenhuma das suas filhas desistissem NUNCA, meu muito obrigado, por não desistir de mim, e me apoiar em tudo sempre, sem dúvida é por ti minha vitória. Ao meu Pai Guido, que torce sempre pelos meus sonhos, me deu toda base financeira para chegar onde estou, sei que tua ausência é pra sempre nos possibilitar ter o melhor, e te amo por isso com todo meu coração, todo meu esforço é também por ti.

As minhas irmãs Helen e Laura, por todo carinho, amor e compreensão pelos momentos ausentes e que não dei a atenção que mereciam, devido as atividades da graduação, mas estavam lá sempre pra ouvir se minhas construções estavam coerentes, ou pra me abraçar nos momentos de desespero. Sou grata por ter vocês na minha vida, Deus me mandou vocês cada uma com uma personalidade diferente, pois era exatamente o que eu precisava pra viver feliz. Agradeço ao meu amigo, parceiro e namorado, pelo apoio de sempre, na tristeza e nos dias de cansaço, obrigado pela compreensão e por permanecer e me ajudar nos dias de desespero, foi fundamental para a concretização dessa vitória.

Agradeço aos professores do curso de Serviço Social por todo ensinamento, sem dúvida me incentivaram e motivaram a querer ser a melhor profissional possível, em especial a prof.^a Rosilaine, que foi essencial no meu processo de estágio I e II, com o apoio dela, passei por essa etapa que foi o momento mais difícil da graduação, devido a falta de campo de estágio e os curtos prazos, mas vencemos, obrigado pela compreensão, paciência e apoio.

Quero agradecer a minha orientadora prof.^a Simone, por abraçar a minha ideia, e entender o objetivo que gostaria de alcançar com esse trabalho que tem grande significado para mim, obrigado por sua dedicação, por me atender sempre que pedi no desespero, tenho grande admiração pela profissional, e mulher que és, sem

dúvida não seria possível a construção desse trabalho sem seu apoio e orientação. Agradeço também as professoras Monique Soares Vieira e Nola Patrícia Gamalho, que aceitaram fazer parte da minha banca de TCC, e contribuírem nessa etapa importante da minha formação.

Para finalizar, gostaria de agradecer a todos que contribuíram na minha trajetória, quem me conhece e acompanha minha trajetória, sabe que é a realização de um sonho, e o passo para construção dos próximos. Obrigado por todos que torceram, essa conquista é por vocês.

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios, mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretiza-los dia - a dia nos horizontes de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.”

Marilda Villela lamamoto

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso em Serviço Social objetiva refletir a necessidade de inserção do Serviço Social no contexto da política pública de educação básica. Ao elucidar a sua importância no ambiente escolar a partir do enfrentamento das expressões da questão social, contribuirá para o fortalecimento na atuação dos profissionais assistentes sociais nesse espaço sócio ocupacional. O estudo tem como base o método dialético crítico como a forma mais eficaz de compreender a realidade concreta do sujeito, assim como o trabalho do assistente social nesse espaço de atuação profissional. O trabalho expõe reflexões construídas a partir de revisões bibliográficas e documentais, já produzidos nesta área. Através da análise de documentos, reitera-se a importância da inserção do Serviço Social nas escolas de educação básica, em conjunto com os demais profissionais das escolas, atuando de forma interdisciplinar e intersetorial. Os resultados apontam que a inserção destes profissionais nas escolas pode proporcionar mudanças significativas para os usuários dessa política, ao apresentar construção de estratégias e instrumentos profissionais que podem ser utilizados no enfrentamento das expressões da questão social, na articulação em rede a partir do tripé família, escola e comunidade. Em síntese, o Serviço Social através do desenvolvimento de suas competências profissionais vem contribuir, para que os usuários da política pública da educação, no o espaço da escola, amplie seu aprendizado com maior qualidade, vindo a contribuir na formação de indivíduos mais conscientes.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Básica. Política Pública.

ABSTRACT

The aim of this work is to provoke a reflection on the performance of Social Work at school, in order to elucidate its importance in the school environment in the search for facing the expressions of the social issue, as a way to contribute to the strengthening in the work of social workers professionals in this socio-occupational space. This study is based on the critical dialectical method in the search for understanding about the manifestation of the concrete reality of the work of the social worker in this space, consisting of a documentary and bibliographical research. Through these, we sought through the analysis of the documents, highlighting the importance of the inclusion of Social Work in basic education, but specifically in acting through the public policy of education. And through working together with schools, which has a great impact on social reality due to the development it provides, bring positive changes for users of this policy. It presents reflections, and the construction of strategies and instruments that can be used in facing the expressions of the social issue in basic education. The conclusions present the contribution of this professional category, in this educational space in network articulation, to identify demands that can be met and contribute, so that this space enables moments of healthy learning. And the work that would be developed from Social Work with basic education, in awakening to critical thinking and building a space for discussion and reflection of extracurricular subjects, which are part of social reality, and contribute to the formation of conscious individuals.

Keywords: Social Service. Basic Education. Public Policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de trabalho públicas CBAS e ENPESS	14
Quadro 2 – Quadro Metodológico	23

LISTA DE SIGLAS

- ABE - Associação Brasileira de Educação
- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social
- BDTD - Banco Digital de Teses e Dissertações
- CAPS - Centro de Atenção Psicossocial
- CBAS - Congresso Brasileira de Assistência Social
- CNAS - Conselho Nacional de Serviço Social
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
- CFP - Conselho Federal Psicologia
- CRAS - Centro de Referencias de Assistência Social
- CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LBA - Legião Brasileira de Assistência
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- PL - Projeto de Lei
- PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio
- SENAI - Serviço Nacional de Aprendizado Industria
- SESI - Serviço Social de Industria
- UBS - Unidade Básica de Saúde
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: O CAMINHO PARA A CONTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	13
2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A QUESTÃO SOCIAL: SUPERAR A BENESSE PELA GARANTIA DE DIREITOS	27
2.1 Política Pública de Educação: trajetória, desafios e a Questão Social em debate.....	27
2.2 Educação Pública: direito, bem-estar ou interesse do mercado?	31
2.3 Questão Social e a relação com a Política Pública de Educação	36
3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	40
3.1 Serviço Social: Perspectiva emancipatória de educação no contexto brasileiro	41
3.2 Projeto Profissional: a direção social objetivada na educação	44
3.3 Questão Social e os desafios para o Serviço Social	51
4 POSSIBILIDADES E LIMITES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	58
4.1 Trabalho do Serviço Social na Política Pública de Educação	58
4.2 Entre as expressões da Questão Social e a garantia de direitos	64
4.3 Sonhar para concretizar: Projeto de Lei número 3.688/2000: Serviço Social nas Escolas Públicas	71
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77

1 INTRODUÇÃO: O CAMINHO PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

O presente trabalho objetiva realizar uma reflexão acerca do exercício profissional do/a assistente social e o desenvolvimento das suas atribuições na escola pública. As pontuações escritas, visam contribuir com a categoria profissional, em suas lutas históricas frente a necessidade da inserção na educação básica e fortalecer essa pauta importantíssima para o contexto atual da educação brasileira, pública e de qualidade.

A motivação para o estudo da temática, é fruto da caminhada profissional iniciada no ensino médio, a qual no estágio através do curso magistério como professora de séries iniciais, possibilitou conhecer a realidade dos indivíduos que estão inseridos nesse espaço educacional, que causavam inquietações pelo fato de ter limitações, nas possíveis soluções apontadas como educador frente aos 'problemas' que se apresentavam, e o curso não preparava para atuar diante dessas questões sociais que se manifestavam. O resultado de todo esse conflito profissional, pessoal e as inquietações levaram para a graduação em Serviço Social, que é uma profissão que possibilita entender essa realidade social nos diferentes espaços.

Essa mudança da área da educação para o Serviço Social, possibilitou ver uma perspectiva diferenciada os espaços educacionais, com olhar sensível para realidade social, com o entendimento do 'porquê' as expressões da questão social se manifestam nesse espaço, e as intervenções que possam a ser realizado com os professores e profissionais que vivenciam diariamente essas inquietações. E essas duas áreas estão e devem estar interligadas, pois apesar da busca como educador ultrapassar a barreiras de suas competências com tantas inquietações e limitações, é necessário um profissional preparado para intervir, em todas as escolas que vivenciam todos os dias diferentes expressões da questão social.

No estagio supervisionado em Serviço Social II, intensificou-se o interesse pela temática, a partir do projeto de intervenção na escola, que tinha como objetivo identificar e prevenir o trabalho infantil, uma das inúmeras expressões da questão social que apresenta-se na escola, foi então o ultimo passo para a decisão do objeto de estudo, deixando claro a importância de produzir o estudo com essa temática, para que haja a reflexão e contribua para esse processo de luta que está em andamento.

A reafirmação para a produção, partiu da leitura do documento do CFESS (2001) 'Serviço Social na Educação', que protagoniza toda a discussão sobre a possibilidade de inserção, e incentivo a esses profissionais, assim como a importância de se manter fortalecida a luta frente essa questão, oportunizando uma grande conquista para o Serviço Social, e que certamente contribuirá na melhoria da qualidade na formação da educação pública para muitas crianças, adolescentes e adultos, fortalecendo esse ambiente que é historicamente essencial possibilitador do desenvolvimento com grande impacto social. É nesse contexto da educação básica, um dos espaços emergentes para o trabalho profissional, que a profissão tem sido requisitada para o atendimento das expressões da questão social, para intervir na perspectiva da garantia dos direitos sociais e da promoção da cidadania, à luz de um projeto profissional que vislumbra uma nova ordem societária balizada nos princípios fundamentais da profissão e de uma sociedade realmente democrática.

Para tanto, é necessário fortalecer a discussão, ampliar o debate sobre a inserção desse profissional na luta coletivas para garantir essa inserção profissional, a começar pela produção nesta área. Silveira (2017), refere-se que tem se tornado um desafio para os órgãos oficiais e pesquisadores da área, criar estratégias para dar visibilidade as produções, com tal temática, e que alcance a dimensão prática, ultrapassando a barreira entre o científico e a prática, que venha a subsidiar a intervenção profissional. É necessário referir a importância da sistematização da pesquisa desta autora, realizada sobre as produções, a partir dos Anais dos dois grandes encontros da categoria profissional CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais) e ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), ocorridos entre os anos de 2008 e 2016, sobre o número de produções realizadas com temas relacionados ao Serviço Social na Educação.

Quadro 1: Número de trabalhos publicados CBAS e ENPESS

Anais/Ano	Publicações	Mapeados	%
ENPESS			
2008	852	05	0,58%
2010	1293	19	1,46%

2012	1343	39	2,90%
2014	1097	27	2,46%
2016	917	21	2,29%
Total	5.502	112	2,03%
CBAS			
2010	1132	27	2,38%
2013	1120	52	4,64%
2016	1427	74	5,18%
Total	3.679	153	4,15%
Total Geral	9.181	265	2,88%

Fonte: Sistematizado pela autora Silvia Regina Silveira (2017) com base nos Anais dos encontros (ENPESS: 2008; 2010; 2012; 2014 e 2016. CBAS: 2010; 2013 e 2016).

Podemos observar a partir do levantamento da autora que, há um número elevado de produções, o que demonstra que alguma forma o interesse e inquietações por parte dos/as profissionais de Serviço Social sobre a temática. Essas produções reforçam a luta pela ampliação da atuação dos assistentes sociais na educação básica.

Esse estudo foi realizado para ressaltar a importância desse profissional que exerce uma profissão regulamentada pela Lei 8.662/93, tendo como base o projeto ético-político com caráter coletivo e hegemônico, que representa toda trajetória de luta dessa categoria frente a períodos rigorosos, em conjunto com a classe trabalhadora na qual a profissão está inserida. E Serviço Social é uma profissão que trabalha com políticas públicas/sociais e garantia de direitos, contribui para que a política pública de educação mantenha seu caráter universal, e possibilite através da articulação entre as políticas públicas e um trabalho articulado em rede, a permanência desses usuários no espaço escolar.

As acumulações e explorações do capitalismo refletem na vida dos proletariados, principalmente em situações relacionadas ao mundo do trabalho, categoria altamente carente de reflexão no contexto da esfera produtiva tendo grande impacto quando se trata no agravamento das expressões da questão social,

manifestas também no conjunto da escola, mais principalmente refletida através do agravamento da evasão escolar, ocorrida por situações causadas pelo capital, demandas sociais essas que ocasionam no afastamento da escola.

Essas demandas podem ser desveladas e aprofundadas através de um trabalho interventivo, intersetorial, com uma equipe fortalecida dentro desse espaço que atende demandas institucionais, e que busca pelo bom desenvolvimento cidadã de seus indivíduos. A pesquisa na área da educação, mas com foco no Serviço Social e sua inserção é uma necessidade, visto que considera-se a Política de Educação como um importante e estratégico espaço de atuação profissional do Serviço Social com possibilidades diversas de construção de processos sociais de ruptura e resistência que potencializem a garantia de direitos dos usuários desta política pública.

A partir desse contexto de motivações, aproximações com as produções da área, esta pesquisa se desenvolveu a partir dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral

Provocar a reflexão sobre a atuação do Serviço Social na escola, a fim de elucidar a sua importância no ambiente escolar na busca pelo enfrentamento das expressões da questão social.

Objetivos específicos

- Reforçar a importância do Serviço Social no ambiente escolar.
- Identificar as expressões da Questão Social presentes na escola.
- Apresentar as contribuições do Serviço Social na formação de uma escola cidadã.

Tem-se as indagações necessárias para a construção de respostas e intervenções qualificadas, na principal questão norteadora:

- Como o Serviço Social pode contribuir na garantia de direitos dos Usuários da política pública de Educação?

Para atender com qualidade o trabalho final de graduação, buscou-se na pesquisa qualitativa, respostas às inquietações já manifestadas. Desenvolve-se a partir da teoria crítica, com base em pesquisa bibliográfica de produção científica e documentos já publicados, construiu-se uma revisão sistemática de caráter exploratório. Segundo Minayo (2012), a pesquisa qualitativa, tem como particularidade as ações que não podem ou não devem ser quantificadas, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A pesquisa qualitativa possibilita estudar a realidade concreta do trabalho do/a assistente social no espaço educacional, assim como refletir sobre as demandas que possam vir a se manifestar na escola, a partir da vida cotidiana desses sujeitos que fazem parte dessa realidade, proporcionando ao pesquisador a experiência social relacionado a pesquisa. Entender e refletir em como o trabalho do/a assistente social no ambiente escolar pode contribuir na melhoria da qualidade de vida dos usuários que utilizam a política pública de educação. Nessa perspectiva a pesquisa qualitativa prioriza:

[...] não os fatos épicos, os fatos de grande dimensão, mas aqueles que estão mais próximos do sujeito e que repercutem diretamente na sua vida. [...], não desconectamos esse sujeito da sua estrutura, buscamos entender os fatos, a partir da interpretação que faz dos mesmos em sua vivência cotidiana. (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa exploratória, tem como finalidade, “desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos, e ideias tendo em vista a formulação de problemas mais precisos, ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2007, p. 43). A pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador uma aproximação, e uma visão ampla sobre o assunto pesquisado, ou seja, entendê-los e explora-los, para resultados com qualidade, a fim de alcançar os objetivos propostos pela pesquisa.

Sendo que a pesquisa exploratória, é propícia a identificar as expressões da questão social¹ nos diferentes espaços que se manifesta, mas nessa pesquisa

¹ A questão social para o Serviço Social, “no contexto do paradigma da correlação de forças o objeto profissional do serviço social se define como empoderamento, fortalecimento do sujeito, individual ou coletivo, na sua relação de cidadania (civil, política, social, incluindo políticas sociais), de identificação (contra as opressões e discriminações), e de autonomia (sobrevivência, vida social, condições de trabalho e vida...)” (FALEIROS, 1997, p. 37)

contribui para identificar as diferentes expressões da questão social que se apresentam no ambiente escolar, objeto esse que é central na intervenção do Serviço Social. Entretanto, quando se reflete sobre a questão social que se materializa no ambiente escolar, questões como evasão escolar, violência, baixo rendimento escolar, surgem como pontos principais, entretanto outras dificuldades apresentam-se nesse espaço, como demandas sociais na estrutura familiar, que se refletem através do desemprego, pobreza, fome, entre outras demandas sociais que surgem a partir da exploração capital/trabalho.

Como suporte teórico, utilizamos autores/as que tratam da temática da educação que possuem aproximação teórica crítica, tais como: Tonet, Mézaros, Amaro, Almeida, dentre outros/as. E sobre o Serviço Social, procurou-se autores com abordagem marxista como Iamamoto; Abreu; Prates; Guerra; Silveira, Dentz, Martins, dentre outros/as. Portanto, esta pesquisa se fundamenta na teoria social crítica, com construções teóricas que contribuem significativamente para a construção do conhecimento, por desenvolver e problematizar a noção e o lugar que a educação ocupa na reprodução das relações sociais de produção capitalista alienadas (MÉSZÁROS, 2008). Com base no capital teórico desses autores, compreende-se como a relação capital/trabalho, tem impacto na educação, que é utilizada como forma de contribuir para o crescimento do capital, e não para a emancipação dos indivíduos.

O método dialético crítico oportuniza reflexões e construção de estratégias para a educação, partindo da análise da realidade social, sob o prisma do entendimento homem/sociedade dando sentido a investigação da prática, viabilizando um modo de compreender os fatos para além do aparente, sendo necessário sucessivas aproximações para chegar à essência da realidade em estudo.

[...] o método marxiano se caracteriza pela ruptura entre as análises pseudoconcretas, metafísicas de diferentes matrizes e a ciência da história ou do humano-social, epistemologicamente radical (que vai a raiz), atingindo as leis fundamentais da organização, desenvolvimento e transformação dos fatos e problemas histórico-sociais. (PRATES, 2012, p. 5).

O método concede uma análise crítica, predispondo-se da capacidade de ao acumular conhecimento, analisá-los, refletir sobre os questionamentos que surgirão.

Assim utilizou-se o método e suas categorias para refletir sobre as demandas encontradas. O método dialético crítico, obtém como finalidade analisar a realidade, onde um fato não é dado, ele vai além do aparente, então não contém leis e regras de como fazer, pois a realidade está em constante mudança, “conhecer é transformar em conhecido o objeto desconhecido” (TONET, 2013, p. 112). A escolha desse método ocasiona na compreensão sobre os processos históricos, os conflitos, e as mudanças que ocorrem e virão a ocorrer na realidade que é de constante mudança, compreendendo a realidade a partir das suas diferentes faces. Para realizar o movimento de assimilar a realidade foram utilizadas as categorias do método sendo elas: historicidade, totalidade e contradição.

Dessa forma, a categoria historicidade proporciona ver os fatos da realidade ocorrida no seu processo histórico, ou seja, toda trajetória até se chegar ao resultado que se apresenta, requer então uma análise dos elementos passados que estão intrínsecos ao presente. Portanto, é preciso conhecer as relações sociais, observando que elas são necessárias para a subsistência, sendo que essas relações são de produção dentro do modo de produção capitalista, onde se desenvolve as forças produtivas materiais que fazem parte do processo de trabalho (MARX, 2008).

A categoria historicidade contribuiu para entender e traçar todo contexto histórico da política pública de educação, dentro do modo de produção capitalista, que utilizou a educação como estratégia ideológica para legitimação que ameniza os impactos da exploração que realizavam.

No entanto após os impactos positivos que a educação possibilitou principalmente para classe trabalhadora, essa política passou a ser concretizada após as lutas e demandas da sociedade por um longo processo histórico, tendo como significado e resultado dessa luta um grande avanço para educação, e uma grande conquista para classe trabalhadora que tem o direito a educação garantido em lei.

A categoria totalidade está articulada com a historicidade, onde é necessário buscar compreender a história na sua realidade no todo articulado, “[...] totalidade não é sinônimo de tudo, mas significa um conjunto de partes articuladas entre si, com uma determinada ordem e hierarquia, permeado por contradição e em constante processo de efetivação” (TONET, 2013, p. 115), podemos compreender através categoria totalidade, o contexto histórico dos usuários da política pública de

educação no seu todo, analisando a particularidade dos usuário da política pública de educação, realizando sucessivas aproximações, para compreender que o aparente não expõem a realidade concreta, é necessário ver a vida do sujeito na sua totalidade, o espaço escolar, o seu território, seu núcleo familiar, as demandas e expressões da questão social que são parte da realidade do usuário dessa política, e as possibilidades de intervenção através do trabalho intersetorial.

Para compreender a categoria contradição que é composta por diferentes ângulos da realidade imposta, é necessário ver na sua totalidade, pois uma categoria necessita das outras para que se tenha uma transformação, 'a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do desenvolvimento pelo qual os seres existem' (TONET, 2013, p. 47). A contradição possibilita entender como se dá a relação da educação pública dentro do sistema capitalista, onde busca atender aos interesses do mercado, mas é um direito garantido em lei que não contempla a todos que dela necessitam pelas demandas sociais que enfrentam, e como se desenvolve o processo de trabalho do assistente social, na garantia do direito à educação, e na formação de um espaço que visa o desenvolvimento social mas atende ao sistema capitalista na formação para o mercado de trabalho.

Essas categorias foram fundamentais para entender como se constitui o trabalho do/a Assistente Social na educação básica, e a importância da inserção nesse espaço que apesar de ser um direito garantido em lei, ainda tem o acesso a permanência como barreira, todavia essa questão pode ser enfrentada através de um trabalho intersetorial no qual o/a assistente social, possa vir contribuir tendo formação para trabalhar com políticas públicas/sociais, e tem com o propósito principal, o enfrentamento das expressões da questão social.

As categorias teóricas do método contribuem para refletir e analisar as categorias temáticas que correspondem à explicação da realidade, ou explicativas da realidade, que são consideradas no processo da pesquisa os aspectos relevantes que fazem sentido nas relações sociais do sujeito na interação com a natureza (MINAYO, 2012, p. 178). Nesta pesquisa, as categorias vêm solidificar o objeto de estudo são:

O Serviço Social, enquanto uma categoria temática, apresenta-se como uma profissão que obtém a questão social como seu objeto de trabalho, “[...] atua em suas múltiplas e complexas manifestações tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar, e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla

realidade social e institucional” (AMARO, 2012, p.102). Visto então que a Política de educação tem se constituindo em um importante espaço socio-ocupacional para a atuação profissional, possibilitando para a profissão a ampliação e superação da sua prática, e a contribuição para que a educação, ultrapasse as barreiras colocadas pelo capital de ‘educação mercantil’, visando assim em conjunto com os profissionais que compõe esse espaço a transformação social qualitativa.

Outra categoria temática é a Educação Básica que é garantida pela Constituição Federal de 1988, e regida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Como exposto pelo CFESS (2001), a educação, “[...] está inserida a um contexto de reprodução social, em que advém do aprimoramento do ser social, assumindo um caráter de apreender a realidade, constituindo-se as habilidades técnicas e da socialização dos conhecimentos”. Através dessa categoria será exposto a importância dos assistentes sociais na educação básica, e como esses profissionais podem contribuir no fortalecimento do projeto que visa a educação emancipatória.

A categoria temática Questão Social, como objeto de trabalho do/a assistente social, é reconfigurada de acordo com a ampliação e novas formas de exploração criadas pelo capital, e decorrente disso a ampliação das desigualdades sociais.

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

A discussão em torno dessa categoria, trata sobre suas expressões manifestas no ambiente escolar, visto para além da escola, suas manifestações no núcleo familiar, e na comunidade, onde os usuários da política de educação estão inseridos, e quais estratégias podem ser realizadas pelos/as profissionais assistentes sociais, para o enfrentamento da questão social.

Para fundamentação teórica utilizou-se para o estudo o levantamento bibliográfico, segundo Gil (2007, p. 50) “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla”, o tipo de pesquisa escolhida possibilita transitar pelos diferentes estudos já realizados sobre “serviço social na escola”, e que contém vários aspectos que podem ser discutidos e visto de

um novo ângulo das situações já elaboradas, contribuindo através desse estudo científico, para novos debates, e produções acerca desse assunto.

Para além, a pesquisa bibliográfica fundamenta através do estudo de autores intelectuais da área da educação, o núcleo da pesquisa é a inserção do/a assistente social e sua importância nesse espaço, possibilita, assim, reafirmar através desses estudos científicos, a luta travada por esses profissionais na ampliação de seus espaços sócio ocupacionais, e na inserção desse profissional que atua no enfrentamento das expressões da questão social, e ao acesso das políticas públicas/sociais.

A realização do levantamento bibliográfico para esse estudo foi efetivado a partir de três fontes específicas:

- a) Livros;
- b) Artigos de plataformas de pesquisa de domínio público;
- c) Dissertações e teses disponíveis do Banco Digital de Teses e Dissertações – BDTD;

Além do levantamento bibliográfico das principais produções sobre o tema, realizou-se a pesquisa documental para complementar o estudo, o que demanda uma maior atenção, pois “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2007, p. 51). Para tanto, foram analisados entre outros, os seguintes documentos:

- 1- Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação;
- 2- Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social;
- 3- Lei de Regulamentação da Profissão;
- 4- Código de ética do/a assistente social;
- 5- Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

O propósito da pesquisa documental é de aproximar o pesquisador, a realidade do que está sendo discutido e realizado acerca da inserção do/a assistente social na escola, e quais os desafios que esse profissional virá enfrentar nesse espaço, o trabalho que será necessário desenvolver para se alcançar os propósitos já idealizados pela categoria profissional, na possibilidade da sua inserção na educação básica, levando em conta que o/a profissional assistente social já atua na área da educação superior e técnica, e que será necessária uma nova estratégia de atuação na educação básica, os documentos utilizados serão do CFESS,

discussões essas realizadas sobre os avanços já realizados acerca do Serviço Social na escola.

Portanto, o universo do estudo escolhido foram livros, artigos e documentos sobre Serviço Social na educação básica, tendo como princípio o tipo de pesquisa e tema delimitado, “universo é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características” (GIL, 2007, p. 89).

Considerando o alto índice de produção na área da inserção do Serviço Social na educação, trataremos com universo total 6 documentos, sendo alguns deles produzidos pelo CFESS e ABEPSS, complementados por 4 artigos produzidos nos últimos 11 anos, sobre Serviço Social e educação, e 3 livros com prioridade para produções voltadas para a inserção dos/as Assistentes sociais no espaço educacional. Assim se configura o estado da arte da pesquisa:

Quadro 2: Quadro metodológico

QUESTÕES NORTEADORAS	DOCUMENTOS DE ANÁLISE	LIVROS	ARTIGOS
Como o Serviço Social pode contribuir na garantia de direitos dos Usuários da política pública de Educação?	CFESS, Serviço Social na educação , set. 2001, Brasília/DF. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação . CFESS, 2011.	AMARO, Sarita. Serviço social na Educação: Base para o trabalho profissional- Florianópolis: Ed. da UFSC, 2012. AMARO Sarita Teresinha Alves. Serviço Social na Escola: O encontro da realidade com a educação . Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.	ARAUJO, Gilda Cardozo. Estado, políticas educacionais e direito a educação no Brasil: O problema maior é o de estudar . Educar em revista. Curitiba, nº 279-292, jan/abril. 2011. Ed: UFPR.
Como se manifesta as expressões da Questão Social no ambiente escolar?	ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996 . Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.	BARBOSA, Maira de Queiroz. A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira . Campinas. ED. Papel social, 2015.	SOUZA, Íris de Lima. Serviço Social: saberes e competências necessárias no fazer profissional . Natal, 2008.
Quais as possibilidades de intervenção do Serviço Social na formação de uma escola cidadã?	BRASIL, Lei 8662 de 7		ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação . Revista Inscrita, Brasília, DF, N.6.2000. MARTINS, Eliana

	<p>de julho de 1993. Regulamentação da profissão. Brasília/DF.1993.</p> <p>BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].</p> <p>SILVEIRA, Silvia Regina. A produção do conhecimento do Serviço Social sobre a inserção profissional na política pública de educação no Brasil: Desafios e perspectiva no âmbito do projeto profissional. Tese Doutorado. Porto Alegre. 2017. PUCRS.</p>		<p>Bolorino Canteiro. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social. In: DAVID, CM., et al., orgs. Desafios contemporâneos da educação [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.</p>
--	--	--	---

Fonte: Sistematizado pela acadêmica (2019)

A análise de dados segundo Minayo (2012), consiste em buscar a lógica interna dos fatos relatados e das observações, vendo para além do que se manifesta aparentemente, situando-os ao contexto dos autores, na relação com a realidade estudada. Para a fase análise dos dados pesquisados, trabalhamos com a análise de conteúdo a partir de Bardin (1979). A análise se dá a partir da identificação de elementos do trabalho do/a assistente social a serem desenvolvidos no ambiente escolar, a partir da inserção desta profissão no conjunto das outras profissões, para atuar de forma interdisciplinar.

Foi realizada a partir de documentos e bibliografias científicas a análise, sobre a atuação desse profissional. Que faz parte de uma profissão que tem uma trajetória histórica marcada por conquistas e defesa dos direitos da classe trabalhadora, e está preparada para atuar na educação básica, por sua longa trajetória atuando com políticas públicas e sociais, tendo como objeto de trabalho a questão social, o que vem contribuindo então nos espaços escolares no sentido do fortalecimento através do trabalho em equipe.

Bardin (1979), afirma que a análise é desenvolvida a partir de fases, sendo elas:

1ª etapa pré-análise: configura-se em analisar e organizar os matérias encontrados sobre a temática escolhida e explorá-los, realizando uma leitura compreensiva e profunda, buscando ter uma visão das particularidades do material que está sendo analisado, e determinar os conceitos teóricos que serão utilizados na análise.

Nessa etapa foi delimitado os materiais com a temática 'serviço social na escola', ou que abordem o tema de forma indireta, além de destacar após uma leitura atenta, as partes que contribuirão para fundamentar o estudo, e seus conceitos específicos.

Na 2ª etapa: Exploração do material: caracteriza-se em explorar a pré-etapa, dialogando com os textos de análises com os pontos principais da pesquisa, fundamentando o estudo pelos objetivos e fundamentação teórica.

Nessa etapa foi realizado uma filtragem, onde foi realizado a articulação dos materiais destacados na pré-análise, com os pontos principais da pesquisa, sendo eles a inserção do Serviço Social na escola, o trabalho do assistente social no ambiente escolar no enfrentamento das expressões da questão social, e na formação de uma escola cidadã.

A 3ª etapa: Tratamento dos resultados, conclusão e interpretação: é a última etapa e parte de todo o trabalho realizado a partir das duas etapas anteriores, a partir dessa etapa que as informações e os dados coletados serão interpretados, "os resultados brutos, são tratados de forma a serem significativos (falantes)" (BARDIN, 1979, p. 101). É onde o pesquisador inicia sua argumentação para fundamentar seu trabalho, para apresentar seus resultados de forma significativa relacionando seu tema com propósito do trabalho de conclusão de curso.

No que se refere à inserção do Serviço Social na Educação básica, tem-se a expectativa de que este profissional venha contribuir no melhor desenvolvimento dos usuários, atuando em conjunto com as escolas, realizando um trabalho em rede para atender as demandas através das políticas públicas/sociais, no enfrentamento das expressões da questão social, e torne-se o espaço socio-ocupacional desse profissional assistente social que atuará de acordo com o espaço que está inserido, adaptando assim seus instrumentos e técnicas para suprir a necessidade do espaço.

Caminha-se na direção de fortalecer a categoria profissional do Serviço Social ao constituir a política pública de educação, como espaço privilegiado da prática

profissional do/a Assistente Social. Nesta perspectiva, Almeida (2000, p. 2): refere-se que:

[...] pensar sua inserção na área de educação não apenas como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais. (ALMEIDA, 2000, p. 2).

Pensar a inserção dos/as assistentes sociais nesse espaço para além do profissional, mas na perspectiva de construção e melhoria da política pública de educação que é a porta das possibilidades e símbolo de conquista dos direitos que a classe trabalhadora tanto lutou para conquistar, e que atualmente é despedaçado pelo capital sem nenhuma importância, e através da união eliminar essa ideia da educação formadora apenas para o mercado de trabalho, que vai de encontro com os ideais do capital, mas uma educação que emancipa seus estudantes, que os tornam cidadão livre.

2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A QUESTÃO SOCIAL: SUPERAR A BENESSE PELA GARANTIA DE DIREITOS

2.1 Política Pública de Educação: trajetória, desafios e Questão Social em debate.

A política pública de educação, tem como objetivo atender as demandas da sociedade sendo de extrema importância para um maior desenvolvimento social, deve ser uma política constantemente ampliada e consolidada, pois se tem na educação brasileira o caráter da universalidade. A educação enquanto uma política pública tem sido a responsável pelo acesso à educação gratuita e de qualidade para muitas crianças, jovens e adultos, sendo uma realidade garantida na constituição federal de 1988.

No que se refere a educação básica, Pierro (2005, p. 3) traz que, “a prioridade conferida à escolarização pode ser atribuída ao fato da Constituição Federal de 1988, assegura o ensino fundamental público e gratuito em qualquer idade, inscrevendo a educação de jovens e adultos no rol dos direitos da cidadania”, esse marco histórico, garantiu a oportunidade ao acesso à educação de muitos indivíduos, tendo como significado um salto no que se refere a ampliação dos direitos sociais e políticas públicas, que busquem atender aos interesses dos indivíduos e contribuindo na melhoria da qualidade de vida. Quando se tratar de Políticas Públicas deve ser compreendido:

[...] responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. (HOFLING, 2001, p. 31).

A educação enquanto um direito social, deve ser garantida pelo Estado, e estar em processo gradual de desenvolvimento. Enquanto um direito, não pode ser reduzida a planos de governos, considerando ser uma conquista garantida em lei, e deve ser pensada em um processo contínuo de ampliação e renovação, em prol de chegar a quem não tem o acesso a essa política pública, e pensar em estratégias de melhorias para o fortalecimento do direito à educação, de forma eficaz.

No contexto histórico é importante referir que as primeiras políticas públicas nacionais de educação foram desenvolvidas na década de 30 do século XX. Pode-se afirmar que foi um período com intensas reivindicações em torno da educação, diante das necessidades para maior desenvolvimento social. Esse processo possibilitou a criação de organizações como a Associação Brasileira de Educação (ABE), que era composto por grupo de civis voluntário sendo profissionais de diversas áreas que estivesse ligação com a educação. Esse grupo realizava discussões acerca da educação como mudanças na lei educacional, planejamentos, estratégias, que foram importantes na formulação e mudanças que ocorriam nas questões educacionais, e foram realizadas até o Estado ser responsável pela educação, após essa mudança a ABE, continuou criar sugestões para as políticas educacionais, a ABE atuou até o Estado Novo², após não se manteve pela burocracia que o Estado determinou se tornando após esse período uma bandeira de luta, e lembrada como uma organização importante para as conquistas que vieram após esse período (CUNHA, 2013).

Um marco fundamental ocorrido em 1932 foi o manifesto dos pioneiros da educação onde defendiam uma educação pública, laica e de responsabilidade do Estado, as diretrizes desse manifesto influenciaram na constituição federal de 1934, foi um período de grande importância, significando então um salto e um olhar mais atento para os assuntos relacionados a política de educação. Nesse mesmo ano a educação é declarada como um direito de todos, devendo ser prestado pela família ou pelo Estado, ampliando para adultos (SANTOS, 2011).

Em 1937 com Getúlio Vargas no poder e com a criação do Estado Novo imposto, a Constituição Federal de 1934 foi revogada, e com isso se teve uma nova constituição denominada de 'Polônia', com tendência fascista, foi nesse período conservador que houve mais uma reforma na educação com intuito de estabilizar esse período autoritário que estava marcado por situações de desigualdade, opressão, falta de acesso a políticas sociais, o que causou revoltas e lutas sociais. Diante do contexto, criaram-se então leis para ampliar e flexibilizar as reformas como solução para os conflitos citados, pois o capital conservador que atuava nessa

² Com a implantação do Estado Novo, cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Mas, ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substantivas no país (FAUSTO, 1999).

época detinha os meios de produção estava à frente do governo, colocou a classe trabalhadora numa posição de precariedade, onde as políticas públicas estavam totalmente escassas e os direitos sociais ameaçados.

A partir da Constituição Federal de 1937, houve um avanço significativo, que responsabilizou o Estado pela educação, como pode ser observado nos artigos:

Art. 125. A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

[...] Art. 129. À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios, assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (BRASIL, 1937).

No fim da década de 40, ocorreu a discussão em relação a Lei de Diretrizes e bases da educação LDB, tratando-se da Lei 4.024/1961, começava então ganhar forma, e as expectativas eram positivas em relação a lei. “Esse longo e intenso debate foi acompanhado por uma guerra ideológica que chegou a durar cerca de 13 anos. De um lado, as fortes pressões conservadoras e privatistas; de outro, o movimento em defesa da escola pública [...]” (SANTOS, 2011, p. 4).

Mas apesar das reivindicações terem sido muito positivas e os movimento progressistas terem fortalecido a aprovação da LDB de 1961, houve prejuízos na ampliação, fortalecendo mais o setor privado e limitando a expansão do ensino público, nesse mesmo período foi construído o primeiro plano nacional de educação, que estabeleceu metas sem atender às expectativas, pois estabeleceu apenas quatro anos de escolarização obrigatória “[...] a Lei nº 4.024 estabeleceu a descentralização, ao fixar que cada Estado deveria organizar seu sistema de ensino” (SAVELI; TENREIRO, 2012, p. 54), a lei então apresentava falhas e não garantia a ampliação da escolaridade gratuita.

Na década de 70, através da Lei Educacional 5.692/1971 houve a obrigatoriedade do ensino primário, estabelecendo o ensino de primeiro grau com oito anos de duração, instituiu também as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau. Tem-se como marco nesse período, “[...] o movimento brasileiro de alfabetização conduzido pelo regime militar. Sendo aprovada em plena ditadura militar, a doutrina do ensino supletivo” (PIERRO, 2005, p. 3), mesmo em um

período ditatorial, a educação ganhou força ocorrendo ampliações nas leis educacionais, determinando avanços significativos para o futuro, e explicitando as vitórias que vinham sendo travadas por profissionais e pela própria sociedade civil nesse período.

A Constituição Federal de 1988, é marcada pela ideia do coletivo para garantir a democracia e ampliação dos direitos sociais, com intuito de atender particularidades de cada indivíduo. Afirmou a educação como um direito de todos e dever do Estado, sendo estabelecido o ensino fundamental como etapa obrigatória da educação básica devendo-se então ter um padrão da qualidade de ensino. O texto constitucional de 1988, em seu artigo 208, institui a garantia da oferta do ensino fundamental gratuito a todos, estendendo-se inclusive a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Tem-se em 1996, uma nova legislação que proporcionou importantes reflexões que é a Lei número 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a educação básica é dividida em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (SAVELI; TENREIRO, 2012).

Realizada em 1997 a V Conferência Internacional Educação de Jovens e Adultos, proclamou o direito à educação continuada para todos, a política pública de educação significando um grande avanço histórico para o Brasil, pois possibilitou a qualidade de vida e desenvolvimento social para jovens e adultos, que tiveram a possibilidade de ampliar seu conhecimento pessoal, econômico, cultural entre outros fatores que contribuem para desenvolvimento do indivíduo.

Os objetivos da educação de jovens e adultos, vistos como um processo de longo prazo desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem [...]. (BRASIL, 2007, p. 38).

O Plano Nacional da Educação, que em 2001 ampliou o ensino fundamental obrigatório para 9 anos, de 7 a 14 anos de idade, buscou oferecer um ingresso mais cedo no sistema de ensino para um período maior de aprendizagem nessa faixa etária que é de grande importância no desenvolvimento pessoal e social. Em 2006, houve uma mudança, que estabeleceu a inclusão das crianças deveria ser aos 6 anos de idade, alterando os artigos 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, sendo determinado um período de 4 anos até 2010 para a reorganização das escolas públicas (SAVELI; TENREIRO, 2012).

Todo esse processo histórico, que tem como marco da educação registrados na Constituição Federal de 1934 e de 1988, a educação passou por grandes dificuldades e conquistas, acompanhando inclusive e se revigorando de acordo com a evolução e transições em que o país se encontrava, e se fortalecendo em momentos em que não seria possível avanços, e vista pelos mais improváveis como solução ao país, até ser garantida como um direito a todos. Mas ainda pode-se perceber que a maior dificuldade encontrada principalmente pelos indivíduos que encontram-se em vulnerabilidade, enfrentadas inclusive por crianças e adolescentes é a permanência nesse espaço escolar, e quando se trata de uma idade mais avançada, a escolaridade é procurada para atender as demandas solicitadas pela sociedade capitalista, que para se manter em um modo de produção onde se tem direitos escassos, é necessário uma educação básica, ou se submeter a exploração, para obter o necessário para sobreviver.

2.2 Educação Pública: direito, bem-estar ou interesse do mercado?

Ao falarmos da educação pública, devemos conseqüentemente citar a categoria trabalho como elemento fundante do ser social, "(...) em cada momento e lugar históricos, uma determinada forma de trabalho será à base de uma determinada forma de sociabilidade e, portanto, de uma certa forma concreta de educação" (TONET, 2016, p. 10).

Entretanto, Mészáros (2008) em suas reflexões a Educação para Além do Capital, faz pensar entre a interligação do trabalho e educação, pois a defesa de uma educação que seja emancipatória, precisa de clareza sobre o processo social vivenciada pela classe trabalhadora através do trabalho, que na sociedade de classes é por ele mesmo alienado. As categorias trabalho e educação se relacionam na medida em que o trabalho determina a forma como a educação vai contribuir na produção e a reprodução das relações sociais capitalistas, contribuindo para o processo de alienação, e fortalecimento da manipulação do capital.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza (...)

atuando assim sobre a natureza extrema e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (...). (MARX, 1983, p. 202).

Mészáros (2008), relata que o capital irreformável impõe aos inseridos no seu sistema, seus membros de uma forma carinhosa suas personificações, ou seja, a educação radical que adota, um perfil mercadológico, não realiza uma transformação social de qualidade.

Limitar uma mudança educacional radical as margens corretivas interesseiras do capital significam abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

A educação racional deve realizar a mudança de romper com a lógica do sistema capitalista, que prepara indivíduos para lhe proporcionar lucros, que está para além de fornecer conhecimento para a expansão do capital. A tarefa de romper com a lógica do capital no âmbito educacional, “não podem ser formais, elas devem ser essenciais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

O Estado enquanto responsável pela educação pública de qualidade, é conseqüentemente uma criação da sociedade, atende as demandas do capital e da classe trabalhadora, que é afetada pelo crescimento das forças produtivas, e contribui para o crescimento do capital, o que resulta nessa relação de dominação através de cortes e reduções em políticas públicas.

O Estado é ao mesmo tempo uma relação de dominação, ou a expressão política da dominação do bloco no poder, em uma sociedade territorialmente definida, e um conjunto de instituições mediadoras e reguladoras dessa dominação, com atribuições que também extrapolam a coerção. Nesse contexto, o governo ganha persona própria, jurídica, separada tanto da persona física do governante quanto da instituição estatal (PEREIRA; BRAVO, 2002, p. 148).

Essa relação de dominação do capital sobre o Estado impacta na educação enquanto uma política pública, pois a redução de gastos e cortes impactam na vida dos usuários dessa política e o trabalho dos profissionais que são mantidos através do Estado, e no próprio ensino da educação pública, que intimida os usuários dessa política, por estar sempre em ameaça.

A educação enquanto uma política pública se difere da educação privada, por não oferecer lucro de forma direta, sendo um espaço com recursos e profissionais inseridos nesta área, mantidos financeiramente e legalmente pelo estado. Já a educação privada atende as vontades do capital de forma direta, educação como fonte de lucro, o que foge totalmente a ideia de uma transformação social, o capital através de publicidade e mídias busca que o privado tenha uma maior demanda, para que haja a privatização da educação, e através desse movimento sem o acesso a educação para a classe trabalhadora, e decorre disso a total alienação, o capital alcança seu grande objetivo, a dominação.

A educação pública apesar das dificuldades que enfrenta em seu percurso, busca o compromisso social de realizar formação de indivíduos que necessitam dessa política pública. Tem-se na política pública de educação básica, um espaço que proporciona o conhecimento, vivências, e aprendizado, e a possibilidade de se inserir no mercado de trabalho conhecendo seu maior potencial, as relações na sociedade de classes, aspectos que não agradam o capital, a formação de indivíduos politizados, e não alienados. Nesse contexto de formação, a educação pública não se enquadra no mercado formador de indivíduos que deverão atender a expectativa do capital.

É por isso que, independentemente da alteração das formas de regulação e da variação do peso relativo dos vários níveis e atores, qualquer mudança neste domínio não pode ser vista independentemente de um projeto político nacional que, neste caso, tem de passar pela promoção e defesa dos princípios fundadores da “escola pública” (enquanto garantia da aquisição e distribuição equitativa de um bem comum educativo). (BAROSSO, 2005, p. 746)

A política pública de educação além de um direito, deve ser reconhecida como uma conquista da classe trabalhadora, e assim deve ser mantida, e não se tornar uma base ameaçada por desmonte e retrocessos, que vem ocorrendo desde seus primórdios. Quando se discutia as possibilidades da educação pública gratuita e de qualidade na década de 60, era visto como uma maneira de manter um equilíbrio e possibilidade no avanço no desenvolvimento social, em contraponto, à precarização. Pensar na Educação pública hoje é reconhecer sua trajetória de lutas, conquistas, avanços de uma educação que não é apenas para os que detentores do

capital, e sim uma vitória da classe trabalhadora que deve ser mantida e reconhecida.

Entende-se que cada vez mais a relação entre Estado e mercado, leva à necessária reflexão à precariedade atingindo principalmente os indivíduos que necessitam da educação básica pública, pois enfrentam as consequências produzidas pelo sistema capitalista, para a classe trabalhadora, e como consequência de uma educação de qualidade, a uma diminuição de indivíduos alienados. “O problema fundamental da educação, [...] vai localizar-se essencialmente no processo de educação do proletariado, por ser esse o agente que sofre mais intensamente opressão do capital” (SOUSA, 2010, p. 26).

O Estado como responsável pela garantia da educação pública, laica e de qualidade, é “uma entidade que existe no interior de relações entre classes sociais de interesses antagônicos” (SOUSA, 2010, p. 16). Pode-se observar, que o público é enfraquecido, através das demandas que a educação enfrenta ou enfrentou, que se deu em momentos históricos de fortalecimento frente ao estado burguês, contrário aos interesses da classe trabalhadora. “A escola faz parte da dinâmica da sociedade produtora de mercadorias, desse modo, tal como ocorre em todas as microestruturas dessa sociedade, a escola também é perpassada por contradições internas” (SOUSA, 2010, p. 176).

Referindo-se aos serviços públicos, principalmente a educação, deve ser pensado a partir de um projeto de sociedade, contínuo, para poder se pensar nas finalidades da política pública de educação. Assim como, as mudanças que ocorrem na educação não podem partir de um projeto político que está em constante mudanças, sendo necessário às escolas públicas passar por recomeços, a cada novo governo. As mudanças devem ser pelas reais necessidades dos usuários da política pública de educação, não para atingir objetivos políticos.

A educação possui duas funções principais na sociedade capitalista: (1) a produção das habilidades necessárias para gerir a economia e (2) a formação dos quadros, bem como a elaboração dos métodos, do controle político. (MÉSZÁROS, 2008, p. 277).

Romper com a lógica capitalista na educação é extremamente necessário, é cultural no Brasil que o ambiente escolar, com destaque a educação pública, torne-se um espaço de contradição, por ser formador de indivíduos que necessitam da

educação enquanto um direito, e através das demandas impostas, formar cidadãos preparados para atender ao capital.

A escola mesmo sendo uma instituição burguesa que atende às necessidades colocadas pela dinâmica da sociedade produtora de mercadorias é uma instituição que, se não central para o processo de formação de classes revolucionárias, poderia vir a ser um espaço importante de socialização de conhecimento. (SOUSA, 2010, p. 176).

A superprodução do capitalismo tem gerado grandes impactos sociais, o que reflete diretamente no sistema no todo atingindo a todos que estão inseridos nesse sistema, e atingindo pilares como a educação pública que desde o século XX é vista como construção de uma sociedade moderna, e na atualidade é colocado em risco esses pilares por provocar mudanças.

A escola pública necessita do Estado para se manter, mas enquanto o mesmo não tiver a educação como prioridade, ela não tem autonomia suficiente para decidir a melhor forma de formar indivíduos que tenham um espaço para desenvolver sua autonomia crítica.

A sociabilidade burguesa nega a humanidade do homem, mas contraditoriamente, cria as condições para que o homem oprimido e explorado proponha e lute pela superação dessa forma social opressora. É apenas nesse sentido que a revolução pode ser entendida como processo educativo, como movimento engendrado pelas possibilidades contraditórias da sociedade do capital. (SOUSA, 2010, p. 29).

Esse processo de contradição deve ser visto então na sua totalidade, a educação apresenta a relação com trabalho que deve formar indivíduos para atuar no mercado de trabalho, mas também através da sua autonomia possibilitar o pensamento crítico frente a vida social. A educação busca enfrentar as contradições postas pela sociedade capitalista, classes sociais, processo resulta também no fortalecimento da classe trabalhadora direcionar aos seus processos de formação reafirmando a educação como direito social e então expandindo a educação para interesses da classe trabalhadora, possibilitando consciência própria e autonomia.

2.3 Questão Social e a relação com a Política Pública de Educação

A questão social é a expressão das contradições particulares do capitalismo que, ao constituir a força de trabalho humana como única fonte de valor, e ao mesmo tempo, reduzi-lo em decorrência da elevação da disposição inerente do capital, conseqüentemente, implica no seu domínio que tem como consequência a precarização e flexibilização das relações de trabalho, o que inclui impacto sobre os direitos sociais.

[...] a “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2013, p. 330).

A gênese da questão social está ligada a relação capital/trabalho, a especificamente apropriação privada do trabalho, e os meios necessários para sua realização, o capital na sua apropriação amplia os seus meios de produção, o que os leva a produção constante, reduzindo então o investimento na força de trabalho, o que eleva o exército industrial de reserva, com ela o desemprego, e o agravamento do pauperismo que representa os reflexos da sociedade nessa relação de trabalho.

As principais manifestações da questão social- pauperismo, a exclusão, as desigualdades sociais, são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região. (PASTORINI, 2010, p. 101).

A questão social se reconfigura de acordo com a ampliação e novas formas de exploração criadas pelo capital, e decorrente disso a ampliação das desigualdades sociais. O Estado como neutro na intervenção das relações e interesses coletivos, atuando nas manifestações da questão social como doença, fome, desemprego, desproteção entre outros problemas sociais, intervindo através das políticas públicas e sociais nas demandas sociais.

Decorrente das necessidades vitais da classe trabalhadora necessita-se da concretização de seus direitos, que na realidade social, são articuladas pelas

classes sociais e pelo o Estado nesse processo se destaca a política públicas/social e a garantia dos direitos sociais. Segundo CFESS (2001, p. 12), “o sistema de ensino também se constitui um espaço de concretização dos problemas sociais”, pois na responsabilidade e dever do estado de promover educação pública garantindo assim o acesso e permanência no âmbito escolar. Em consequência é necessário a garantia da efetivação desse direito.

Quando se tem a institucionalização da educação para a classe trabalhadora, no âmbito escolar surgem outras demandas relacionadas tanto a estrutura educacional (analfabetismo, evasão, repetência etc.), como as péssimas condições de vida da grande maioria da população. Tais demandas se configuram no âmbito da instituição como demanda institucional. (BARBOSA, 2015, p. 79).

A política pública de educação enfrenta além da institucionalização e fatores relacionados a dominação do capital, dificuldades no acesso a permanência dos indivíduos que acessam a política de educação, demandas essas denominadas expressões da questão social. Martins (2015, p. 3) refere-se que, “a gênese da questão social está enraizada na contradição fundamental que demarca a sociedade capitalista, isto é, a relação entre capital e trabalho, assumindo roupagens diferentes em cada época e em cada contexto social”.

A questão social está presente nos diferentes espaços, se materializando cada vez mais nessa relação capital e trabalho, onde a busca constante por lucro e a superprodução do capital, agrava as condições de vida da classe trabalhadora, que detém do mínimo para sobreviver e vive na condição de explorado, na busca por uma vida mais digna. Toda essa condição que a classe trabalhadora se encontra impossibilita o acesso à educação, pois as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, são superiores, e devem ser oportunizados através do Estado condições a permanência nesse espaço.

As necessidades sociais impedem que o indivíduo possa usufruir desse direito com qualidade, pois a questão social se manifesta desde a origem do indivíduo, da composição do seu núcleo familiar até o social (escola). A questão social manifesta-se em grande escala através da pobreza, desemprego, fome entre outras expressões de desigualdade.

[...] a insegurança e a vulnerabilidade no trabalho e a penalização dos trabalhadores; o desemprego; o achatamento dos salários; o aumento da

exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados; as questões de saúde pública; de violência; da droga; do trabalho da criança e do adolescente; da moradia na rua ou da casa precária e insalubre; da alimentação insuficiente; da ignorância; da fadiga; do envelhecimento sem recursos; entre outras, constituem-se nas novas configurações da questão social que influenciam o cotidiano da vida social. (IAMAMOTO, 2009 *apud* MARTINS, 2015, p.4).

A questão social é constituída em três dimensões sendo a lei geral de acumulação capitalista, relações de classe, intervenção do Estado em face das expressões da questão social. A lei geral de acumulação, “mistifica em lei da natureza, [...] de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho” (BARBOSA, 2015, p. 23), podendo ser definida como a superprodução do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora, sendo extraído esse acúmulo da exploração da força do trabalho.

Sendo então essa acumulação para atender as demandas do capital exclusivamente e nenhuma necessidade da classe trabalhadora, por esse motivo que se tem fatores como a extrema pobreza pois há um desequilíbrio social, podemos ver nessa relação a dominação de uma classe sobre a outra. O Estado como responsável por atender as demandas mais expressivas e prioritárias da classe trabalhadora, atua na garantia de políticas públicas e sociais para a garantia das necessidades mais imediatas, que leva ao “Estado institucionalizar algumas demandas sociais e assim enfrentar a questão social a partir de suas expressões” (BARBOSA, 2015, p. 41).

Para maior aprofundamento da questão social no ambiente escolar, faz-se necessário destacar então a distinção entre as demandas institucionais e as demandas sociais. No ambiente escolar, as demandas institucionais são aquelas solucionadas no espaço escolar, são demandas que surgem e devem ser atendidas para melhor acesso ao direito à educação, sendo essas demandas pela alfabetização, combate à evasão escolar entre outras demandas que se manifestam no espaço escolar. A demanda social está ligada às necessidades fora desse espaço, mas que interferem no cotidiano escolar, demandas essas que não são supridas pelo Estado, estando relacionado a condições pessoais da vida daquele indivíduo, que por não haver em algumas exceções a articulação entre as políticas públicas de educação, saúde e assistência são passadas despercebidas.

O espaço escolar oferece acesso à educação para todos, mas não oferece todos os meios para garantir a permanência de todos os usuários dessa política, não encontram apoio necessário para o acesso aos seus direitos para que se complete o trajeto escolar com sucesso, no entanto, os mais afetados segundo a Cartilha Direito Humano à Educação:

Diferentes desigualdades marcam a educação brasileira. O direito à educação está mais distante para quem é pobre, negro(a), tem menos de 6 ou mais de 14 anos de idade e também para quem mora na zona rural, possui alguma deficiência, está na prisão, entre muitos exemplos que poderiam ser citados. (BRASIL, 2009, p. 3).

Para atender essas demandas nesse espaço escolar, seria necessário a articulação intersetorial³ das políticas públicas, o que demandaria um profissional do Serviço Social que tem desde sua gênese, capacidade teórico-prática de mediar as construtivas relações oriundas do modo de produção capitalista na perspectiva garantia de direitos pois o Serviço Social tem nas expressões da questão social o seu objeto de trabalho. Para tanto, faz necessário refletir essa profissão que almeja a política pública de educação básica como um espaço de atuação profissional, onde busca contribuir a partir na qualidade da educação pública, assim como a melhoria no desenvolvimento dos usuários da política de educação.

Historicamente, mas principalmente no contexto atual, tem-se na necessidade de pensar o lugar que a educação ocupa na sociedade brasileira, e reafirmar a educação como um direito constituído a todos os cidadãos brasileiros e suas contribuições para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade capitalista, que produz e reproduz cenários de desigualdade social, desde sua gênese. O modo de produção capitalista impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados a um público mais vulnerável. Tem-se neste contexto, reflexões à cerca da necessidade de um profissional de Serviço Social nas escolas de educação básica, a fim de contribuir para fortalecer a garantia da política educacional, no enfrentamento do conjunto das expressões da questão social, que, inevitavelmente, estão inseridas nesse espaço de reprodução das relações sociais.

³ “[...] intersetorialidade pode ser entendida como uma “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 122).

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Esse capítulo objetiva apresentar reflexões com base no levantamento bibliográfico, análise documental, o que configurou a pesquisa qualitativa para a construção do TCC. Aponta as diversas possibilidades de inserção do Serviço Social na política de educação básica, como parte de uma equipe multi e interdisciplinar. Elucida-se a importância da intervenção do Serviço Social nas escolas, através de um trabalho em rede, que envolva o tripé da educação, escola, família e comunidade. Apresenta-se nesse capítulo de análise, os desafios enfrentados nesse espaço escolar, e a contribuição no cotidiano escolar prestada pelo Serviço Social no enfrentamento das expressões da questão social, e no fortalecimento da formação com base em uma educação cidadã.

A análise se deu por meio de análise de conteúdo, sendo os resultados encontrados, submetidos a descrição qualitativa baseada no método de Bardin (1979), em três etapas: a pré-análise, exploração do material, e tratamento dos dados.

Para melhor compreensão do processo de análise, organizou-se da seguinte forma: Inicialmente procura-se responder às questões norteadoras apresentando o Serviço Social partir da perspectiva emancipatória da profissão, com uma contextualização histórica, as instituições que foram importantes para o Serviço Social e sua aproximação com a educação que levou a profissão ao movimento de reconceituação; parte-se para reflexões acerca da direção social da profissão com um projeto profissional voltado para as lutas da classe trabalhadora, e que para tanto, tem-se um projeto ético político formulado a partir de três grandes documentos (lei de regulamentação da profissão, código de ética, e as diretrizes curriculares).

Projeto profissional que leva a entender e compreender a Questão social e suas múltiplas expressões questões de desigualdades presentes na política pública de educação, tendo na mesma, a perspectiva de no enfrentamento da questão social. Ou seja, os impactos da questão social, os desafios e as possibilidades de intervenção.

Por fim, o próprio trabalho do Serviço Social na Política Pública de Educação, estratégias, instrumentos utilizados, formas de intervenção, os as implicações profissionais no fazer concreto do Serviço Social no enfrentamento da questão social, neste almejado espaço de atuação profissional. Trata-se de revelar os

desafios enfrentados nesse espaço, a partir da inserção desse profissional, e como esse profissional atua através do trabalho em equipe frente a questão social que se manifesta. Com base nas perspectivas de intervenção, apresenta-se a proposta de um projeto de lei municipal de inclusão do Serviço Social nas escolas públicas, no Município de São Borja, como uma necessidade real de qualificação da política pública de educação municipal.

3.1 Serviço Social: perspectiva emancipatória de educação no contexto brasileiro

O Serviço social é uma profissão marcada por lutas históricas, que busca atender as demandas sociais, ocasionadas pela exploração do capital sobre a classe trabalhadora, que buscou ao longo de sua trajetória fortalecer o reconhecimento legítimo e institucional da profissão. Evoluindo na sua prática, nos seus instrumentos técnicos operativos, sua postura ética, gravando no perfil da profissão o reconhecimento da questão social como seu objeto de trabalho. Entretanto esse processo ocorreu a partir de uma longa trajetória, mas precisamente iniciado na década de 1930, surgimento da profissão, que vem a ocorrer como resposta do Estado e da igreja católica para atender as grandes mobilizações que ocorriam por parte das classes operária, a cerca da questão social que se intensificava, nesse período o Serviço Social tinha como caráter mediador dos conflitos das relações sociais.

Em prol de absorver as novas demandas das mobilizações sociais, e acolhimento da população carente e marginalizada, foram criadas grandes instituições, como: o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizado Indústria (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), e a Fundação Leão XIII, que foram importantes para o processo de desenvolvimento do Serviço Social.

[...] a implementação e desenvolvimento das grandes instituições sociais e assistenciais criarão as condições para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de *cunho social*, permitindo um desenvolvimento rápido do ensino especializado de Serviço Social. Paralelamente, implicará um processo de legitimação e institucionalização da profissão e dos profissionais do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 263).

Essas instituições aproximaram o Serviço Social e a educação, buscavam inicialmente suprir as demandas de educação e formação das classes populares, com intuito de atender de certa forma as inquietações da classe trabalhadora, muito embora, nesse período, a educação ainda contava com um perfil extremamente conservador, voltada para propósito de preparar indivíduos para exclusivamente atender as demandas do desenvolvimento econômico brasileiro.

Entre as décadas de 60 e 70, período denominado de movimento de reconceituação, a profissão passou por reformulações significativas e extremamente necessárias. Essas mudanças que ocorreram no interior da profissão, foram realizadas através de processos de ruptura com o conservadorismo, presente na prática profissional, o que ocasionou a renovação do Serviço Social Brasileiro.

No entanto, por ser um período ditatorial, e os direitos sociais não estavam em evidencia, dificultou o rompimento com o conservadorismo. Esse processo, denominado de “intenção de ruptura dependia mais que as outras tendências operantes no Serviço Social, de um clima de liberdade democrática para avanços no seu processo” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 249).

O processo se deu não apenas por parte dos profissionais, mas por todo o conjunto das profissões inseridas na estrutura da sociedade, e que demandava do trabalho desses profissionais o reconhecimento de classe trabalhadora. A intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional, se desenvolveu em três momentos: emergência, consolidação acadêmica e seu espriamento sobre a categoria profissional.

Partindo da sua emergência, que se deu pelos jovens profissionais do Serviço Social que tinham um perfil que impulsionava a revolução, que ganhavam hegemonia através da escola de Serviço Social, na Universidade de Minas Gerais, e continuou seu processo de ruptura através do eixo teórico-metodológico, com intuito de ter na base da profissão a tradição Marxista, pelo seu viés de militância que respondia as mobilizações que estavam ocorrendo no centro da profissão, e viria ao encontro dos ideais que se buscava, para o rompimento com conservadorismo.

Foi sobretudo pela resistência desses protagonistas (docentes, profissionais, estudantes), que os cortes na memória profissional recente operados pela ditadura não fizeram estragos mais profundos.[...]e tiveram um papel significativo quando se opõem as circunstancias para que a linha de ruptura transcenda os muros da academia e penetre a categoria profissional.(NETTO; BRAZ, 2008, p. 270).

A maturidade desses protagonistas possibilitou a consolidação, e foi importante na constituição do projeto de ruptura. A partir do método, além da sua crítica as práticas tradicionais, deu conta da demanda acadêmica na formação para intervenção em Serviço Social.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas, que no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições (...), procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de valorização teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 131).

O movimento de reconceituação representa para o Serviço Social um marco, a partir dele surge um perfil de profissional com uma análise mais crítica, capaz de atuar diante da realidade concreta, e na intervenção nas expressões da questão social, guiado pelas bases teóricas-metodológicas. Segundo Iamamoto (2011, p. 205) o movimento “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”.

E é neste *modus operandi* que o Serviço Social enquanto uma profissão atualmente comprometido com a garantia dos direitos dos seus usuários, atua na política pública de educação na busca pela qualidade de vida e permanência dos usuários dessa política, realizando mediações em rede, para além de conhecer a particularidade de cada indivíduo que faz parte dessa política, o/a assistente social enquanto uma profissão com perfil marcado por desenvolver um trabalho em equipe, realiza a articulação com a rede de proteção social e outras políticas públicas.

Sendo o trabalho desenvolvido em rede pontuado por Carvalho (2003, p. 2): “[...] a rede sugere uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação”. A articulação em rede realizada pelos/as assistentes sociais, é realizada para o enfrentamento da questão social que se manifesta na vida de seus usuários, sendo

realizado na articulação com outras políticas como a de saúde, assistência, entre outros, para atender as demandas que se manifestam.

Para além da articulação em rede com outras políticas para a garantia dos direitos aos usuários, é realizada dentro da instituição pelos/as assistentes sociais, na escola tem como objetivo unir a escola, a família e a comunidade, aproximando a comunidade escolar, da realidade concreta que se manifesta dentro desse espaço.

[...] o termo comunidade escolar que abrange todos os atores ou segmentos que se representam ou reproduzem no cotidiano da escola. Nessa perspectiva, pais, alunos, professores, funcionários, egressos, voluntários e parceiros são membros da comunidade escolar. Sabe-se que a escola que dialoga com sua comunidade amplia seus horizontes e se fortalece. (AMARO, 2012, p. 45).

A realização da articulação em rede por parte dos/as assistentes sociais nesse espaço é de grande importância, pois com essa aproximação é possível conhecer as diferentes realidades dos usuários dessa política, e assim concretizar a realização de estratégias e a criação de projetos que vão ao encontro de demandas que surgem para e na escola, possibilitando encontrar meios para a permanência e desenvolvimento educacional dos usuários da política pública de educação.

3.2 Projeto Profissional: a direção social objetivada na educação

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, tem um projeto ético político que é fruto da luta histórica dos profissionais no conjunto com outras categorias profissionais. A partir da organização do projeto profissional, a profissão passa a ter um papel dentro da ordem social e econômica, atuando na gestão e implementação das políticas sociais, ampliando suas áreas de atuação.

[...] como uma engrenagem da divisão sócio-técnica do trabalho, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado participar na reprodução tanto da força do trabalho, das relações sociais quanto ideologicamente dominante. (MONTAÑO, 2011, p. 31).

Para compreender a profissão inserida na divisão social do trabalho e particularmente na política pública de educação é necessário entender a

singularidade do fazer profissional, que atua no desenvolvimento da intervenção profissional, através de um trabalho intersetorial para a execução das políticas públicas no enfrentamento das expressões da questão social. O Serviço Social, “como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho participa do processo de produção e reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO, 2011, p. 83).

O Serviço Social é uma profissão que atua nas contradições, por ter profissionais assalariados que atendem a vontade do capital, e também atua na garantia do direito ao acesso de políticas públicas e sociais a classe trabalhadora na busca pelo enfrentamento das expressões da questão social, classe essa na qual a profissão se inclui, e defende suas lutas, e reivindicações. Iamamoto refere que, “o profissional assistente social tem sido historicamente um dos agentes que implementam, políticas sociais, especialmente políticas públicas” (IAMAMOTO, 2011, p. 20).

Os/as profissionais assistentes sociais encontram dificuldades como trabalhador assalariado em tempos em que o capital em sua busca por acumulação traz consigo crises, perda de direitos, exploração, desmonte das políticas públicas, equívocos sobre direitos humanos, entre outras. E diante disso, o/a assistente social atuando em diferentes espaços busca encontrar e manter formas de resistências estratégicas, tendo como principal ideal a implementação do projeto societário que visa a ampliação da justiça social e a materialização da igualdade de direitos, contribuindo para a construção de uma nova ordem societária.

A partir da análise sobre as diversas expressões da questão social, o profissional busca conhecimentos que lhe permitam responder às exigências de sua ação profissional, tal como o objeto de trabalho, que no intuito de desvendá-la na realidade concreta, requer um conjunto de ferramentas que possibilitem a sua análise por meio da totalidade de processos históricos, econômicos, políticos e sociais para desta forma, melhor decifrá-la e assim intervir profissionalmente.

A aproximação da profissão com a teoria social crítica contribuiu para um agir profissional mais investigativo e intrínseco, ampliando a inserção e desenvolvimento da pesquisa âmbito da profissão. Nesse sentido, incidiu para um maior aprofundamento histórico, metodológico, ideológico e político sobre a realidade, e por isso a pesquisa traz um caráter importante para o estudo pautado em busca de conhecimentos para subsidiar o trabalho profissional que possibilite intervenções e

questionamentos sobre a realidade dos usuários, considerando uma relação entre a teoria e a prática.

O Serviço Social é uma profissão regulamentada na Lei número 8.662, de 7 de junho de 1993. O artigo 1º dispõe: “É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei”, tem como pilar de sustentação o projeto ético político, notado por lutas, reivindicações e conquistas marcada pelo rompimento e superação do conservadorismo e uma prática alienada, e uma nova reconfiguração de uma profissão com perfil ético-político que visa e defende as lutas da classe trabalhadora como parte dela desta nova ordem societária

Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político do assistente social só se potencializa se o profissional se articular com os segmentos de outras categorias profissionais que compartilhem de propostas similares e notadamente com os movimentos que se solidarizam à luta geral dos trabalhadores. (NETTO, 1999, p. 16).

Para tanto, a lei de regulamentação da profissão apresenta importantes contribuições do Serviço Social no espaço interventivo da educação básica, tais como consta nos incisos do artigo 4º:

[...] II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; [...] V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.[...]. (BRASIL, 1993).

A lei de regulamentação da profissão aponta claramente que as competências profissionais de um assistente sociais se materializam no mundo da vida do sujeito que é o usuário dos serviços prestados. As respostas devem ser objetivas através de uma ação concreta planejada com base na realidade social dos sujeitos de direitos.

Os profissionais do Serviço Social desenvolvem sua ação profissional direcionada pelo Código de Ética Profissional. Este documento norteia o agir profissional evidenciando a importância de uma reflexão ética por parte dos/as

assistentes sociais sobre o verdadeiro significado da profissão e seu compromisso para com o usuário. O Código de Ética, aprovado em 13 de março de 1993, aponta necessariamente, o comprometimento com a qualidade do serviço, normas, direitos, deveres, proibições e uma garantia e proteção aos/às assistentes sociais como categoria (classe trabalhadora), como refere o artigo 2º: “Constituem direitos do/a assistente social: a- garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código” (BRASIL, 1993, p. 26).

O Código de Ética Profissional, vai ao encontro do fortalecimento da cidadania no espaço educacional, visibilizado no III princípio fundamental, “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista a garantia dos direitos civis sociais e políticos da classe trabalhadora” (BRASIL, 1993, p. 23), pois a política pública de educação como um direito da classe trabalhadora, deve visar a construção da cidadania de seus usuários, e o Serviço Social nesse espaço vai de encontro com objetivo principal da educação pública, que é a educação emancipadora que visa possibilitar a autonomia do sujeito.

Referente ao trabalho do/a Assistente Social no âmbito da política pública de educação básica, encontra-se no seu 5º princípio, o respaldo necessário, uma vez que ele instiga a ter um “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BRASIL, 1993, p. 23), determina o comprometimento da profissão com ampliação da justiça social pelas vias das políticas sociais em direção à diminuição das desigualdades sociais, colocando a gestão como uma ferramenta necessária para a materialização do acesso, permanência e qualidade da educação pública.

Outro princípio fundamental no trabalho profissional do serviço social na escola, é o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (BRASIL, 1993, p. 23). O ambiente escolar apresenta a diversidade em todas as suas formas, e cabe aos profissionais contribuir para que a violência em suas diferentes manifestações seja de nível social, econômico, cultural, estrutural, psicológica, de gênero, seja prevenida e enfrentada. O Serviço Social tem um direcionamento profissional ético que não

permite a reprodução da violência, mais sim seu enfrentamento e prevenção através de estratégias criativas envolvendo a tríade escola, família e comunidade.

As Diretrizes Curriculares de 1996, compõem o terceiro pilar do projeto profissional, e tem como proposta realizar a formação com um perfil profissional com preparo teórico-metodológico, ético-político e técnico operativo, denominadas de dimensões da competência profissional. Competência essa com clareza dos impactos que o capitalismo no próprio processo de trabalho que é desenvolvido pelo Serviço Social a partir das competências e atribuições profissionais.

É notório que alguns princípios definidos nas diretrizes curriculares da formação profissional são extremamente relacionados e apreendidos no conjunto do contexto educacional

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 7).

O/a assistente social, é um profissional que para além da burocracia imposta, atua na defesa da sua autonomia profissional, buscando cotidianamente superar a perspectiva messiânica, compreendendo que não pode resolver todas as demandas sociais que venham a se manifestar e através de um trabalho em equipe é possível travar estratégias para um trabalho com qualidade e assim não romper com as atribuições profissionais que compõem o espaço sócio ocupacional, e também necessário o/a assistente social não cair no fatalismo, buscando compreender cada indivíduo e situação na sua singularidade.

Compreender que o assistente social é um profissional que realiza um trabalho intersetorial, sendo necessário ter o conhecimento diversificado de suas competências profissionais, para maior desempenho. O que necessariamente exige uma formação generalista e pluralista, previsto nas diretrizes curriculares.

Segundo Iamamoto (2009), os/as assistentes sociais não são mais apenas executores das políticas públicas, apesar de ser a competência predominante, Ihe são apresentadas novas funções e novas competências que passam pela formação permanente, que proporciona para a profissão novos espaços sócio ocupacionais, oportunizando maior avanço e ampliação da profissão. No entanto, independente de novos rumos, é fundamental que este profissional, no cotidiano da rotina de trabalho, se mantenha:

[...] culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica, em sua lógica de explicação da vida social. (IAMAMOTO, 2009, p. 33).

Esses traços apontados pela autora para o profissional do Serviço Social, podem ser encontrados na política pública de educação, pois o exercício profissional é pautado pelas diretrizes curriculares, tendo como intuito tornar o/a assistente social um profissional que desenvolve estratégias para garantir e defender os direitos de seus usuários, buscando desenvolver com qualidade atribuições profissionais, apropriado dos diferentes espaços ocupacionais do Serviço social, com autonomia relativa mas consequentemente ampliada.

Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras. (IAMAMOTO, 2009, p. 8).

É de grande importância manter a autonomia conquistada através de lutas históricas na defesa do conjunto das necessidades da classe trabalhadora, é fundamental ter liberdade para atuar, muito embora condicionados pela sociedade capitalista ao trabalhador que almeja a igualdade coletiva e oportunidades para todos. O serviço social tem seu horizonte profissional pautado pela perspectiva Marxista, onde o conflito gerado pelas contradições das relações entre capital e trabalho se configura pauta diária. O trabalho em sua centralidade é o fundamento da existência humana, Marx (1989, p. 205) argumenta que “o trabalho, é uma ação em que o homem media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. O trabalho torna-se necessário para a realização e evolução do homem, é por meio

dele que o homem se difere dos outros seres e busca satisfazer suas necessidades. O trabalho dentro da sociedade capitalista, expressa a divisão social do trabalho, cujo há a distinção do trabalho físico para o intelectual, a divisão de funções cria o distanciamento entre trabalhadores, fomenta a divisão da sociedade em classes e a alienação pois devido à concorrência e desigualdade, há o não reconhecimento de classe em si.

O trabalho do(a) assistente social dentro dessas condições, tem em seu exercício profissional condicionantes conforme, vínculo empregatício, competências e atribuições dentro das instituições, tornando-se adaptativo dentro destas relações. O estado ainda é o maior empregador dos profissionais de serviço social, mais a partir de diferentes interesses, na perspectiva do estado mínimo (retirada de direitos), desenvolve-se pelo fortalecimento do capital. Os direitos sociais apresentam-se como forma de distribuição de renda ainda numa lógica tecnicista, contrapondo-se a luta por uma nova ordem social, baseada em igualdade, liberdade, coletividade e viabilização de direitos.

O/a assistente social busca a criação de alternativas, intervindo de forma política no enfrentamento a ordem societária posta. Esse ambiente de tensionamento entre garantia de direitos e manutenção do capital, deixa cada vez mais aparente a questão social, onde as políticas sociais acabam tornando-se um paliativo para a pobreza, presentes no contexto educacional vigente.

Nesta perspectiva, o/a assistente social deve delimitar o seu aspecto de atuação, uma atuação crítica, alicerçada no seu projeto profissional, que orienta o trabalho e os processos de trabalho no qual se insere. Mesmo o/a assistente social não dispondo de um processo de trabalho individual, mas inseridos em processos de trabalho, tem suas particularidades com diferentes dimensões e significados pois os condicionantes como os atores sociais, vivências, demandas não são iguais. Torna-se necessário analisar que o serviço social está circunscrito em condições de trabalho que produzem valores de uso e de troca, tanto o uso de sua subjetividade quanto a sua capacidade de produção, são inerentes a profissão, pois estão inseridos no modo de produção capitalista.

O/a profissional assistente social enquanto trabalhador assalariado, atuando na política de educação, é preparado para atuar na contradição, é solicitado pelo Estado para atender aos interesses do capital, tendo de outro aspecto, os interesses da classe trabalhadora na qual a profissão está inclusa, sendo então necessário a

mediação profissional aos interesses distintos. Tem o compromisso com a educação emancipatória, mantendo o compromisso com a classe trabalhadora atuando na garantia dos direitos sociais.

Entretanto a profissão inserida nesse espaço, deve ter a apreensão dos projetos distintos que estão presentes no espaço educacional, o projeto da educação burguesa que visa o ajustamento social através de atividades institucionalizadas, e o projeto de educação com cunho emancipatório, que busca a educação crítica através de atividades fundamentadas, projeto esse que está de encontro com projeto ético político da profissão.

3.3 Questão Social e os desafios para o Serviço Social

Considerando a exploração pelo capital através do trabalho, e as lutas geradas pelos trabalhadores, em resposta a esses dois pontos citados temos a questão social como resultado desse processo, onde uns detém dos meios de produção e toda riqueza, e outros vende sua força de trabalho em troca de sobrevivência. Baseado no cenário perverso que o capital fundou, que se agrava nos tempos atuais, e decorre da longa trajetória de conflito entre capital X trabalho, nota-se o seu crescimento através da exploração do trabalho, diferencia-se cada vez com uma nova roupagem, decorrente desse fator ocorre o aumento da degradação das condições de trabalho. E como consequência desse processo, a questão social responde com novas expressões, como resultado das contradições inerentes do capital, sendo então através da desigualdade social.

Assim é que as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da 'questão social', elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que tornam cada vez mais socializado o processo de produção de riqueza e com a mesma intensidade, privatizando o resultado final. (SANTOS, 2012, p. 30).

A questão social atualmente interpretado por Castell (2012, p. 497), "parte do enfraquecimento da condição salarial", que começa a se configurar a partir dos anos 70 com a crise do capital, que sobrepôs o aumento do desemprego, com a

precarização do trabalho. Na relação salarial⁴, Castell (2012, p. 498) refere, que é necessário um 'ator central', "para conduzir estratégias, obrigar os parceiros a aceitarem objetivos sensatos, zelar pelos compromissos. Sendo então o Estado social esse ator".

Mas esse Estado na maneira que se fortalece, e alcança sucesso, busca assumir o progresso, passando por sua ambição, se desenvolve para Estado-democrata, sendo esse Estado Moderno, obrigado ao 'fazer social', para acalmar as condições gritantes, assim assegurando o mínimo. Entretanto, "é possível objetivar que esse Estado Social - Democrata não existe" (CASTELL, 2012, p. 499). Podemos identificar o perfil do Estado atuante, no capitalismo monopolista,

[...] pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que esse processo, é todo ele tencionado não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que está fazendo dimanar em toda a escala societária. (NETTO, 2011, p. 29).

No capitalismo concorrencial a questão social era objeto da ação do Estado, em que motivava a mobilização da classe trabalhadora colocando em risco as produções do capital e a força de trabalho fornecida para tal. Diferenciado do capitalismo monopolista, por ter um ordenamento econômico diferenciado, e pela necessidade da legitimação do Estado burguês, através das políticas sociais, buscasse atender as expressões da questão social, com finalidade de atender as demandas da ordem monopolista. O Estado burguês no capitalismo monopolista, se expressa no controle da força de trabalho, atuando na regulamentação das relações capital/trabalho.

Na fase atual do capital denominado 'financeiro' ocorrido na virada do século XIX para o XX, que tem como objetivo potencializa-se o poder de acumulação e reprodução do capital, assim como suas contradições. E neste processo potencializa-se a autonomização das formas capital a juros e capital fictício, entretanto ao mesmo tempo em que se indica tal processo, "procura-se estabelecer

⁴ Relação salarial, "representa a diminuição de contratações por tempo determinado; aumento das exigências de qualificação, eficácia e competitividade entre os funcionários de empresas, deixando os que têm menor possibilidade de qualificação em desvantagem; dificuldade de inserção no mercado de trabalho" (CASTEL, 1995, p. 526).

mediações entre o movimento mais geral do funcionamento da economia capitalista e está particularidade histórica.” (LUPATINI, 2017, p.2)

Conseqüentemente esse Estado burguês atua frente a educação, incorporando os espaços escolares, com os princípios nas quais foi criado.

As políticas educacionais (muito especialmente dirigidas para o trabalho de cunho profissionalizante) e os programas de qualificação técnica-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capitalismo monopolista recursos humanos cuja socialização elementar é feito custa do conjunto da sociedade. (NETTO, 2011, p. 31).

Entende-se a partir dessa lógica que a educação como formadora para mercado de trabalho, não é uma educação que vise a emancipação do indivíduo, mas um espaço que atenda aos interesses do capitalismo, lembrando que esse espaço é fundamental para o desenvolvimento social dos indivíduos que fazem parte desse espaço, e que “nenhuma educação é politicamente neutra” (HOOKS, 2017, p. 53).

Ao falar em direito a educação, dois pontos podem ser destacados, a oportunidade de acesso, e de permanência, o direito a educação reforça a ideia do papel responsável do Estado, “tanto na formulação de políticas públicas para a sua efetivação, quanto na obrigatoriedade de oferecer ensino com iguais possibilidades para todos” (ARAÚJO, 2011, p. 287). Se atualmente temos uma educação que é proclamada como direito do cidadão e dever do estado, mas está muito longe das promessas de emancipação e de igualdade que constam na base ao direito a educação.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no qual mostra um índice de pessoas a baixo da linha da pobreza absoluta, aponta que 54,8 milhões de brasileiros estão abaixo da linha da pobreza, ou seja, 1/4 da população nacional tem renda domiciliar por pessoa inferior a R\$406 (quatrocentos e seis reais) por mês. De acordo com os critérios adotados pelo Banco Mundial, essas questões conseqüentemente afetam a educação, que sente os impactos através da desistência, ou evasão escolar de seus alunos, que deixam esse espaço para encontrar meios de sobrevivência, ainda as informações apontadas pelo IBGE, sobre o ensino, relatam que em 2016, cerca de 66,3 milhões de pessoas de 25 anos ou mais idade tinham no máximo o ensino fundamental completo (PNAD, 2017).

Nota-se a partir desses dados apontados, o baixo índice de brasileiros com escolarização básica, o que leva a refletir que a onda crescente do baixo índice da educação se prolonga ao longo dos anos, e são agravados, pelo aumento da pobreza, que no Brasil é intensificada com a precarização das políticas públicas, e decorrente disso, a individualidade dos usuários não é levada em conta, onde nem as questões educacionais são atendidas da forma que deveriam.

O serviço social inserido neste contexto, tem o desafio de trabalhar articulado às outras áreas de atuação, para a permanência, diminuindo os índices de evasão escolar, que é uma das inúmeras expressões da questão social manifestas nesse espaço.

O convívio familiar conflituoso, a má qualidade do ensino, entre outros fatores, são todos considerados partes integrantes e comuns da evasão escolar. É válido dizer que a evasão está relacionada não apenas à escola, mas também à família, às políticas de governo e ao próprio aluno que, pela situação econômica que vive. (CABRAL, 2015, p. 4).

A expressão da questão social com maior expressão no ambiente escolar é a pobreza, definida por Sen (2000, p. 112), como o “baixo nível de renda, [...] sendo que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades”. A pobreza como resultada da relação de conflito entre capital X trabalho, conveniente para o capital, e que se reflete na evasão escolar. No entanto a educação básica é um fator importante para a elevação da capacidade de superar a pobreza, “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica, [...] maior a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2000, p. 113).

E da pobreza decorrem inúmeras outras expressões como o trabalho infantil, que são meios de obter renda para suprir a necessidade da família, e assim os meios de trabalho colocam em risco a vida dessas crianças e adolescentes e os afastam do ambiente escolar.

De 0 a 13 anos: proibição de qualquer forma de trabalho infantil; Entre 14 a 16 anos: Proibição de qualquer forma de trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz; Entre 16 a 18 anos: Permissão restrita, sendo proibidas as atividades consideradas noturnas (entre 22h00min e 05h00min), perigosas, insalubres e descritas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008 (BRASIL, 2018, p. 15).

Outra expressão da questão social presente nesse espaço é a violência, “entendida como o uso da força física e do constrangimento psíquico para obrigar alguém a agir de modo contrário à sua natureza e ao seu ser” (CHAUÍ, 2000, p. 433), na educação básica a violência que se apresenta é contra crianças e adolescentes e são identificadas pelos profissionais do espaço escolar que não estão preparados para atuar frente a essas questões que não são referentes apenas a violência física.

[...] mas também a todo ato que cause dano a integridade moral, física, mental emocional ou social da criança. Nesses termos, considera-se maus tratos ou abuso: negligencia, tortura, pressão psicológica, coação, humilhação, punição cruel, privação da liberdade, trabalho infantil perigoso, ilegal ou insalubre, estimulação sexual, exploração sexual (prostituição infantil), realização ou tentativa de penetração sexual. (AMARO, 2012, p. 52).

Os/as assistentes sociais inseridos nesse espaço atuam no enfrentamento dessas expressões citadas e varias outras que fazem parte da realidade e do dia a dia do espaço educacional, pois tem a questão social como seu objeto de trabalho, e os meios para executar as políticas em favor da concretização dos direitos dos indivíduos que fazem parte desse espaço, possibilitando em conjunto com a educação na sua realidade concreta.

A educação, protagonista nos processos de formação para o exercício da democracia⁵, para a liberdade, e para a autonomia dos sujeitos, tem-se a necessidade de ser vista como ferramenta de emancipação humana, mas é preciso entender suas limitações e possibilidades no processo de transformação social, sendo evidente a sua função ideológica na manutenção do sistema de relações de produção capitalista.

É evidente que uma educação voltada para a construção de uma sociedade que tenha por horizonte a emancipação da humanidade terá que ser norteadas por princípios e deverá encontrar formas profundamente diferentes daquelas voltadas para a reprodução da sociabilidade regida pelo capital. (TONET, 2016, p. 19).

⁵ A democracia realmente cria essa oportunidade que está relacionada tanto a sua importância instrumental como a seu papel construtivo. Mas a força com que as oportunidades são aproveitadas depende de vários fatores como o vigor da política multipartidária e o dinamismo dos argumentos morais e da formação de valores (SEN, 2000, p. 183).

A educação emancipadora contribui no sentido de proporcionar o olhar mais crítico para a sociedade capitalista, e como se desenvolve o sistema de classes, na intenção de proporcionar a consciência dos indivíduos perante seu papel na sociedade. A proposta de educação emancipadora é incluída no contexto da luta da classe trabalhadora, proporcionando espaços para discutir e refletir sobre as contradições do capital, e para o avanço da consciência de classe, com uma proposta de educação que propõe refletir sobre as expressões da questão social que se manifestam no conjunto das estruturas sociais, materializadas desde o ambiente familiar até o escolar.

A escola ao conhecer a realidade social dos seus alunos, inclui o universo familiar, sendo de extrema importância a participação da família nesse espaço, pois é desse núcleo que se extrai o modo e a condição de vida de cada sujeito.

A família é o principal agente de socialização e reproduz padrões culturais no indivíduo [...]. É na família que se concentram as possibilidades de constituição de pessoas enquanto sujeitos e cidadãos. É no seio dela que vão acontecer as primeiras identificações, espelho para identificações futuras. (AMAZONAS; DAMASCENO; TERTO; SILVA, 2003, p. 11).

O serviço social, é uma profissão que pode contribuir nos processos de articulação e intervenção entre a escola, a família e a comunidade. As intervenções profissionais, vão ao encontro da construção de uma educação, que possibilite ver o indivíduo e as demandas que o acompanham do seu ambiente familiar e para além dele, e construir um ambiente acolhedor, e crítico, com o entendimento de que o aluno e sua família estão expostos a diferentes expressões da questão social, que são naturalizadas pelo capital, mas que impactam cotidianamente nas particularidades da família

[...] na ideologia burguesa, a família não é entendida como uma relação social que assume formas, funções e sentidos diferentes tanto em decorrência das condições históricas quanto em decorrência da situação de cada classe social na sociedade. Pelo contrário, a família como sendo sempre a mesma (no tempo e para todas as classes). (CHAUI, 1988, p. 88).

Nesse contexto, “a participação da família deve fazer parte do projeto político-pedagógico da escola” (AMARO, 1997, p. 47), essa relação deve ser fortalecida, e por intermédio de trabalho em equipe é possível, realizar essa aproximação da

criação de estratégias criativas para o enfrentamento da questão social na escola, para acesso e garantia de direitos.

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, quando declara que a: “família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, endossando, assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade, e com direito à proteção da sociedade e do Estado. No Brasil, tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Estatuto do Idoso e na própria Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, entre outras. (PNAS, 2004, p. 40).

O Estado, via de regra, deveria proteger a família, no entanto, essa proteção tem sido cada vez mais deixada de lado e a realidade brasileira, quando se trata de acolher e proteger, a garantia de sustentabilidade já não é desenvolvida com qualidade, e a vulnerabilidade social se expande com grande proporção. Entretanto o Serviço Social, atua na busca pela garantia da qualidade de vida de seus usuários, independente dos espaços em que está inserido, é guiado pelo projeto profissional, que busca insistentemente uma sociedade mais justa e igualitária, e assim o fortalecimento das lutas da classe trabalhadora.

O/a profissional assistente social inserido nesse espaço, atua com aspectos conhecidos e por vezes desconhecidos pela escola, como a história dessa família, seus segredos e cumplicidades nos laços precários e atos perversos constituídos (AMARO, 2012), sendo que as famílias que fazem parte da política pública de educação são as mesmas atendidas por outras políticas sociais. Em relação as demandas que os alunos apresentam decorrentes do seu núcleo família, uma das prerrogativas do trabalho dos assistentes sociais é acionar a rede de serviços, com vistas ao acesso e garantia de direitos dessa família. É pela articulação interdisciplinar e intersetorial que o serviço social contribui para uma educação que vise a emancipação dos usuários da política pública de educação em suas diversas intersecções.

4 POSSIBILIDADES E LIMITES DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

4.1 Trabalho do Serviço Social na Política Pública de Educação

Pensar a aproximação do Serviço Social com a política de educação, atualmente é visto como uma novidade, mas é um equívoco, pois essa relação ocorre desde a gênese da profissão como trás os documentos do CFESS:

Embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (CFESS, 2012, p. 15-16).

O trabalho do Serviço Social na área educação com registro mais antigo ocorreu em 25 de março de 1946 no Estado do Rio Grande do Sul, denominado serviço de assistência escolar, registrado na secretaria de Educação e Cultura como era denominada na época, constando no decreto número 1394 (AMARO, 2012). O trabalho desenvolvido estava relacionado a identificar problemas sociais que viessem a manifestar-se e prejudicar o aluno, “os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito, ou anormalidade social” (AMARO, 2012, p. 19). Esse trabalho se manteve até a metade da década de 70, visto como legitimador da ordem vigente com intuito de preparar socialmente os indivíduos, para serem produtivos e atender às demandas do capitalismo via inserção no mercado de trabalho. As atividades desenvolvidas:

Examinar a situação social e econômica dos alunos e de suas famílias, identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores, orientar familiares no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias, esclarecer e orientar a família e a comunidade para que assumissem sua parcela de responsabilidade no processo educativo, etc. (AMARO, 2012, p. 20).

Com o movimento de reconceituação, e a construção de uma nova identidade profissional, a intervenção no ambiente educacional se reformulou, em torno da década de 1980. Percebeu-se que a escola faz parte do círculo de reprodução

social, em vista disso a atuação dos profissionais passou a não ser apenas em prol da política educacional, mas na realidade social em que a escola está inserida, em aspectos econômicos, políticos e culturais, essas ações renovadas passaram a fazer parte da atuação dos/as profissionais assistentes sociais que atua na educação.

Os profissionais tinham seu trabalho voltado a questões como, baixo índice escolar, a distorção de idade/série, maus tratos, depressão infantil, que se tornaram frequentes nas classes populares por causa de questões socioeconômicas. Construíram assim ações voltadas para melhorar a qualidade dos alunos, como futuros cidadãos. Na década de 1990, as escolas adotam questões de saúde na escola, vinculados a saúde estatal, o trabalho do assistente social não sofreu alterações, voltando apenas para as questões sociais emergentes na escola. (AMARO, 2012). As discussões nesse período estavam relacionadas a mudança de reorganização, a maneira de operacionalizar essa política pública, o que resultou na demanda de diferentes áreas de atuação profissional, pensados na melhoria ao acesso à educação enquanto direito social.

A relação com a política de educação, segundo Silveira (2017), ocorreu em dois momentos:

Em um primeiro momento essa inserção, que é requisitada pelo Estado, ocorre respaldada por um Projeto Profissional conservador e passa a atender sem tensionamentos e sem apreensão das contradições, inerentes à sociedade de classes, as demandas postas pelo Estado Burguês, visto os princípios que orientavam a profissão nesse período histórico. Contudo, a partir da década de 1990 a inserção profissional se dará nesse espaço socio- ocupacional tendo vivenciado um processo de amadurecimento que culminou na filiação a Teoria Social Crítica, assumindo através do Projeto Profissional o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, tendo como direção social outro projeto societário, antagônico ao projeto social burguês. (SILVEIRA, 2017, p. 86).

Atualmente o serviço social na educação básica nos poucos espaços em que está inserido, contribui para a defesa da educação enquanto um direito social previsto em lei, ao acesso com qualidade, e igualdade, possibilitando analisar os aspectos culturais, econômicos e políticos que nem sempre é identificado pela escola. Por vezes as demandas sociais chegam aos profissionais que compõem o quadro profissional da escola, mas estes não estão preparados para atender essas demandas. O/a assistente social em conjunto com os demais profissionais, tem a

possibilidade de atender a demandas oriundas do conjunto das desigualdades sociais que se manifestam no ambiente escolar.

Segundo o documento “Subsídios de Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, elaborado pelo Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS - CRESS Serviço Social na Educação, os/as profissionais assistentes sociais contam com atribuições e competências na sua atuação sejam elas na educação, como em qualquer outro espaço socio-ocupacional, sendo eles orientados pelo Código de ética de 1993, Lei de regulamentação da profissão (Lei número 8.662/1993), e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS (1996).

Ressaltando que tais princípios, direitos, deveres, atribuições e competências devem ser respeitadas pelos profissionais e instituições empregadoras, sendo necessário para ir ao encontro com o que prevê para a atuação profissional para o desenvolver as atividades, nesta perspectiva, é de fundamental importância

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais [...], análise dos movimentos históricos da sociedade brasileira [...], compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico [...], identificação das demandas presentes na sociedade [...], o reconhecimento da Questão Social como objeto de intervenção profissional [...], e enfrentamento da questão social envolve a luta pela construção, materialização e consolidação dos direitos sociais.(ABEPSS,1996, p. 26-27).

As dimensões da competência profissional ético-político, e teórico-metodológico precisam estar diretamente vinculadas à dimensão técnico-operativa, é na articulação cotidiana dessas três dimensões que as intervenções vão se desenvolver com propósitos de mudanças. Se faz necessário compreendê-las:

Competências ético-político- o Assistente social não é um profissional ‘neutro’. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista, relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente as questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores éticos-morais que sustentam a sua prática, valores esses que estão expressos no Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº273/93) e que assumem claramente uma postura profissional de articular.

Competências teórico- metodológico- o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permitam enxergar a dinâmica da sociedade para

além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais.

Competências técnico-operativo- o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto a população usuária e as instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda as demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. (SOUSA, 2008, p. 121-122).

É através dessas competências que o trabalho do Serviço Social na política de educação básica, deve estar alicerçado. A profissão está ligada a construção do projeto que vise a construção “pedagógica emancipatória pelas classes subalternas são entendidas no quadro das condições socio- históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional identificado com os interesses citados” (ABREU, 2011, p. 128), sendo então contrário ao projeto tradicional conservador. O projeto hegemônico do Serviço Social é ancorado no marxismo, e para a inserção na educação, tem-se o norte teórico e as formulações pedagógicas de Paulo Freire, ambos objetivando fortalecer a pedagogia emancipatória.

O trabalho do Serviço Social na construção da educação emancipatória, virá ao encontro com a permanência e qualidade da vida escolar, dos usuários da política de educação, e na aproximação da escola, família e comunidade, levando em conta as demandas desses três eixos apontados, e através da educação particularizar e atender as necessidades desses sujeitos não atendidas pelo estado democrático de direito, a partir da concepção de educação que possibilite os sujeitos a construir sua história e se reconheçam enquanto sujeito de direito.

Os/as assistentes sociais enquanto executor das políticas públicas, qualificado para atuar no enfrentamento das expressões da questão social, a exemplo da evasão escolar, que demanda uma pesquisa social profunda na realidade do indivíduo, que é atribuição do/a assistente social, para materializar então os direitos sociais. Pode-se também contribuir para a formação de um espaço escolar mais democrático, e na construção de uma escola cidadã, com a finalidade de um espaço que forme sujeitos capazes de entender o contexto em que está inserido, um ambiente escolar que tenha a sensibilidade de conhecer a realidade

dos indivíduos que fazem parte dela, e atender através do trabalho intersetorial as demandas que acompanham cada usuário da política pública de educação.

É neste sentido que o Serviço social através da sua inserção na política pública de educação básica pode vir a contribuir com a classe trabalhadora na formação de uma educação cidadã, que busca executar atividades para além das impostas para as escolas, trabalhar em conjunto com os profissionais da escola assuntos que não são abordados por não ter profissionais habilitados e capacitados para tal. O serviço social vem para contribuir na identificação de demandas, dificuldades que ocorre na realidade concreta, assim como a possibilidade de esclarecer dúvidas sobre as relações capital/trabalho, que estamos inseridos e devemos observar de forma crítica, para se ter uma consciência, possibilitando construir no ambiente escolar esse momento de reflexão e construção.

Na sua atuação no cenário educacional, na garantia dos direitos sociais os assistentes sociais podem desenvolver atividades que garantam a melhoria da qualidade da educação. Com base nas proposições de Novais *apud* AMARO pode-se realizar:

Pesquisas de natureza socioeconômicas e familiar para a caracterização da população escolar, elaboração e execução de programas de orientação socio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno em sua formação para o exercício da cidadania, participação em equipe multidisciplinar da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo,[...] articulação com instituições públicas privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades. (NOVAIS, 2011 *apud* AMARO, 2012, p. 104).

Para além dessas atividades citadas acima, o profissional assistente social deve ter a sensibilidade de respeitar os processos da escola em que está inserido, compreendendo que toda mudança e intervenção, é realizada através de sucessivas aproximações, não deixando que a rotina prejudique as estratégias levantadas para contribuir nesse espaço que é de extrema importância no desenvolvimento dos indivíduos, e levar em conta que cada individuo tem suas particularidades que devem ser tratada no universo singular na relação com o universal.

Nesse sentido, estando atuando na política pública de educação, na sua articulação em rede e no seu trabalho interventivo, o/a assistente social e seus instrumentos técnico operativos tem a possibilidade de alcançar objetivos em suas

ações, como visitas domiciliares, para conhecer o espaço e a realidade em que a família se encontra.

[...] trata-se de uma ação que mediante a intencionalidade, o atendimento é realizado em domicílio a fim de contribuir para compreender melhor a realidade da família e /ou usuários dos serviços, as relações sociais, seu cotidiano e buscar uma intervenção de qualidade. (RAMOS; SANTOS, 2018, p. 91).

Por atuar com seres humanos sujeitos de direitos, os profissionais tem uma abordagem muito cuidadosa, para chegar até a particularidade do indivíduo, por se tratar de vidas vistas de um ângulo diferente por cada indivíduo que faz parte da família abordada, o profissional realiza a chamada entrevista social o que permite: “[...] uma interação com a realidade social, sob a ótica da história de vida de alguém que deseja e necessita viver condições melhores, mais dignas” (CARDOSO, 2008, p. 35).

A política de educação contribui para proporcionar essa aproximação da escola e família, e entender como está organizado e qual a melhor estratégia de atuação, para que a instituição possa ir para além das demandas institucionais. Realizar trabalhos em grupos, na busca pela aproximação da família e dos usuários da política pública de educação, é outra estratégia que pode ser realizada, considerando que esse instrumento tem como objetivo, “um espaço privilegiado para a realização de reflexões críticas, sempre mediada por conexões mais gerais sobre o cotidiano daquelas pessoas participantes do grupo” (RAMOS; SANTOS, 2018, p. 116).

Contribuir para que esse espaço institucionalizado, através de um passo atrás do outro, conquiste cada vez mais a sua autonomia e emancipação, possibilitando conhecer a realidade através de sua análise crítica, proporcionando cada indivíduo a possibilidade de conhecer a si próprio. O “compromisso principal do trabalho do Serviço Social é levar literalmente, os indivíduos a escreverem a sua própria história” (AMARO, 2012, p. 107). Um indivíduo consciente da sua realidade, tem a capacidade de transforma-la, enfrentando as dificuldades postas pelo sistema capitalista.

4.2 Entre as expressões da Questão Social e a garantia de direitos

O/a Assistente Social, é o profissional que tem a questão social como objeto de trabalho, atua em complexas manifestações, tem competência para coordenar, propor, executar programas, projetos e ações na realidade social e institucional. A partir das transformações sociais, o Serviço Social tem sido demandado pelos profissionais que estão inseridos nesses espaços educacionais, para intervir frente as expressões da questão social. E na contribuição para a formação da educação cidadã.

A pratica do trabalho do/a assistente social é caracterizado pela rotina institucional e pela espontaneidade necessária para atender as múltiplas exigências estabelecidas no âmbito da reprodução social. Em sua pratica o foco principal da profissão é a intervenção, e conseqüentemente o profissional, 'possui conhecimento para discernir as problemáticas vividas pelo individuo e sua família, isto é identificar as suas carências. (FORTI; GUERRA, 2013, p. 31). Dessa forma, o/a profissional assistente social poderá contribuir nesse espaço através de um trabalho em rede⁶, atendendo as demandas apresentadas pelas famílias, que ocorrem no seu dia-a-dia, e através da execução das políticas sociais.

Frente a realidade em que a escola está exposta, com altos níveis de pobreza e miséria, que faz parte da realidade brasileira, torna-se o sistema educacional um espaço que apresenta demandas sociais (CFESS, 2001). Além das demandas sociais que acompanham os usuários da politica de educação, a educação enfrenta problemas institucionais como, a insuficiência no atendimento as demandas apresentadas pelos alunos, a melhoria da qualidade educacional.

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar dentre outros, tem sido citado como as grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas familiares. (CFESS, 2001, p. 11).

⁶ Na tentativa de superar a fragmentação dos saberes e das políticas e para atender os cidadãos de forma integrada em suas necessidades, as redes são uma alternativa de articular os atores envolvidos na busca de um objetivo comum. Por se tratar de um assunto de grande importância no contexto das políticas públicas e governamentais e também para este trabalho, trazemos a rede como uma maneira de potencializar as ações dos atores envolvidos para o alcance de determinado objetivo. (BORGES; MARINHO; SILVA, 2013, p. 10).

O enfrentamento dessas demandas sociais torna-se um desafio para o sistema de educação, pois é função do Estado garantir o acesso a educação permanente do aluno na escola. Considerando que a escola se constitui como um espaço de desenvolvimento social, e conseqüentemente um espaço que apresenta demandas sociais na maioria das vezes não atendidas pela ausência de um profissional habilitado para tal. Nota-se que é ainda muito pequeno o número de assistentes sociais frente a essas demandas presentes nesse espaço. Decorrente dessa ausência, reforça-se a necessidade de profissionais especializados nos espaços educacionais e preparados para intervir com qualidade, e contribuir em atividades que ampliem a qualidade da educação. O documento do CFESS aponta que:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas a problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. [...]A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto como, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos de riscos. (CFESS, 2001, p. 12).

Percebe-se que para desenvolver essas questões apontadas, é necessário um trabalho em conjunto, os/as profissionais assistentes sociais não trabalham individualmente, realiza-se um trabalho na maioria das vezes em equipe ou em rede, pois, busca-se uma ação efetiva. Para essa intervenção conjunta é necessária uma equipe de diferentes profissionais como, psicólogos, educadores, assistentes sociais, psicopedagogos, orientadores, entre outros.

O/a profissional assistente social pode e deve contribuir de forma interdisciplinar, em conjunto com os outros profissionais que compõem esse espaço, na garantia de uma educação que busca a formação de indivíduos conscientes e críticos frente a realidade social que se manifesta, onde quem detém os meios de produção são os privilegiados, e assim é necessário constantemente fortalecer as lutas da classe trabalhadora, no combate a exploração do trabalho, o fortalecimento da garantia de direitos sociais, e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Silveira (2017) refere-se a necessidade de pensar a pesquisa:

[...] como um importante e necessário instrumento de intervenção profissional, contribuindo para o aprofundamento das discussões em torno de um objeto de estudo e servindo para a qualificação da ação profissional, seja, enquanto pesquisador, no âmbito da construção do conhecimento científico, subsidiando a transformação do real, quanto no âmbito da atuação profissional nos diferentes espaços socio-ocupacionais que se inserem os profissionais. (SILVEIRA, 2017, p. 14).

O Serviço Social por natureza é uma profissão que se constrói sobre os princípios da interdisciplinaridade⁷, surgindo no ambiente escolar com a possibilidade de interagir com os demais profissionais, para ampliar os conjuntos de esforços, frente a essa realidade que está constantemente desafiando, (AMARO, 1997), a profissão vem para contribuir nas demandas para além da sala de aula, e assim colaborar no melhor rendimento da escola. Através do projeto de Lei número 3.688/2000, que visa inserir assistentes sociais e psicólogos na escola, surge a esperança de ampliar e fortalecer a equipe que já compõem o espaço escolar, para atender as demandas que fogem da sala de aula, e assim reforçar os vínculos formados nesse espaço, entre escola, alunos, profissionais, educadores e comunidade, ou seja, que as famílias e os usuários da política de educação, possam contar com esse espaço para seu fortalecimento.

Através do trabalho desenvolvido pelo profissional assistente social na Política de educação, tem-se um espaço sócio-ocupacional estratégico para a construção de projetos voltados para a classe trabalhadora, pensando na forma de realizar estratégias frente as expressões da questão social que se manifestam no espaço escolar. Os/as assistentes sociais enquanto educadores sociais atuam na orientação social da população:

Dessa forma, é importante considerar que a função pedagógica e educativa do assistente social ocorre através dos vínculos estabelecidos pela profissão com as classes sociais e se materializa, especialmente, por meio dos efeitos do trabalho profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. O Serviço Social desenvolve estratégias objetivadas pelas políticas sociais públicas e privadas, especialmente a assistência social, atendendo, sim, às necessidades de subsistência física do trabalhador, mas também nos processos de luta e de resistência das classes subalternas em contraposição à ordem do capital. (PIANA, 2009, p. 7).

⁷ “[...] se atinge a interdisciplinaridade por sucessivas aproximações, buscando a superação de estágios limitados de significado, intensidade e abrangência acerca da realidade que se quer conhecer e transformar” (AMARO, 1997, p. 36).

A educação social que o Serviço Social desenvolve nas escolas em conjunto com demais profissionais que compõem os recursos humanos da educação básica, com as famílias e a comunidade, em processo de intervenção, estão relacionadas a fenômenos que se manifestam no dia a dia como violência, uso de drogas, bullying, trabalho infantil, conflitos familiares. O que demanda por parte para além apenas dos assistentes sociais, a intersetorialidade, um trabalho desenvolvido com os profissionais que compõem esse espaço, ocasionando em atividades para além do curricular, mas uma atenção para o social. É nesta perspectiva que:

[...] os assistentes sociais estão sendo convidados a colaborar de forma consistente com o processo de elaboração e execução da política educacional, que reflete as expressões da questão social que por sua vez, é matéria prima de trabalho desse profissional que tem, com base na sua formação teórico-metodológica, técnico-operativa e seu posicionamento ético-político, possibilidade de decifrar claramente a realidade dos processos sociais em sua totalidade.(MENDES; AGUIAR; FONSECA, 2013, p. 9).

Os/as assistentes sociais são profissionais preparados para atuar frente as expressões da questão social, com o olhar voltado para a totalidade o que proporciona o saber necessário para realizar a articulação entre as políticas sociais, e assim fazer a intervenção profissional mais adequado com base na realidade de vida do sujeito.

Para o Serviço Social, “[...] o recurso a categoria de mediação, favoreceu uma apreensão mais próxima do movimento da totalidade social, do objeto de intervenção profissional” (PONTES, 2009, p. 167), ou seja, os assistentes sociais atuam na mediação, a partir da sua visão da totalidade da realidade de seus usuários, para intervir, na escola atua no tripé da educação, realizando a mediação entre a escola, família e comunidade, na articulação entre eles. É importante referir que a intervenção qualificada se dá por sucessivas aproximações. Essa aproximação com as famílias, a escola e a comunidade, que compõem o tripé da educação, e ao estar inserido naquela comunidade, e conhecendo o espaço, através dessa aproximação, é possível realizar atividades que integrem e aproximem essas famílias desse espaço.

Na articulação da família, comunidade e a escola, os assistentes sociais tem o desafio de desvendar as relações que constituem essas famílias e o seu território, são esses desafios impostos diariamente que muitas vezes acabam por interferir no

fracasso da vida escolar dos usuários da política pública de educação. Na busca pelo enfrentamento das expressões da questão social na escola, a atuação deve ser em rede, em conjunto com instituições de defesa, promoção e garantia de direitos da criança e do adolescente: Conselho Tutelar, Ministério Público, Defensoria Pública. Instituições de promoção: Comunidade, Unidades Básica de Saúde (UBS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Instituições de Controle: Fórum, Conselhos de direitos, etc.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei número 9.394/96), no que se refere ao processo de gestão da escola pública, nos artigos 14 e 15 dispõe que:

[...] os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes

[...] os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira... (BRASIL, 1996).

Esses aspectos também constam no Estatuto da Criança e do adolescente no capítulo IV, que trata do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, refere no artigo 53, parágrafo único, que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais” (ECA, 1990). Nessa perspectiva os assistentes sociais podem contribuir para a qualificação desses espaços, intervindo em conjunto com a gestão da escola na aproximação, escola, família e comunidade.

Na educação básica os assistentes sociais na busca pela permanência dos usuários da política pública de educação, podem atuar no acompanhamento dos alunos beneficiários de programas sociais, cuja a frequência escolar é monitorado pela educação.

Sendo destacado então a importância das ações dos/as assistentes sociais, no desenvolvimento de um trabalho educativo com os indivíduos que se fazem presente nesta política em foco, como educadores, comunidades, famílias, estudantes entre outros, sobre o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais,

Martinelli (1998, p. 141) refere que “somos educadores no sentido pleno do termo, trabalhamos com a consciência, com a linguagem que ‘é relação social’ [...]”. O trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, possibilita que a educação pública brasileira, seja repensada reforçando a concepção de direito social, após essa retomada de consciência, o rompimento com o projeto de educação burguês.

O Assistente Social na educação poderá atuar com todos os membros da comunidade escolar (...). Esta atividade propicia a politização em torno de diversos temas que perpassam o ambiente escolar e social. Assim, o Assistente Social, coerente com o projeto ético-político profissional, assumirá em seu trabalho socioeducativo um caráter emancipatório, fortalecendo as lutas das classes subalternas e não um caráter de enquadramento disciplinador, próprio da perspectiva conservadora, apesar de ainda estar presente na profissão (MARTINS, 2012, p. 46).

A atuação dos/as profissionais assistentes sociais nesse espaço, significa um olhar especializado para a realidade concreta dos usuários dessa política, por se tratar de profissionais já preparados na academia para realizar um trabalho que vise a mudança, e a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, através da garantia de seus direitos, e para além de apenas solucionador de demandas, reconhecendo que os problemas sociais não são apenas solucionados por um profissional, mas um trabalho em equipe, para que haja através de diálogos, reflexões e estratégias, a concepção do trabalho que o assistente social desenvolve.

No espaço escolar o compromisso do Serviço Social é com a educação do cidadão, “a educação para a cidadania deve ser uma educação contextualizada, multidimensional e complexa, por essas condições, revelada como uma ação potencializadora e emancipatória do indivíduo” (MORIN, 2003 *apud* AMARO, 2012, p. 104), através do trabalho desenvolvido pelo Serviço Social interdisciplinar, e pelos desafios e exigências que a profissão enfrenta com as mudanças societárias, a profissão busca aproximar-se das lutas que buscam defender a cidadania e os direitos humanos e sociais, seja na família, nos espaços escolares, na comunidade, e na sociedade.

Para a concretização da educação que vise a cidadania do indivíduo, existe quatro pilares pautados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a cultura (UNESCO), importantes para esse processo sendo elas: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

- O aprender a conhecer, é pautado na possibilidade de aproximar-se dos diferentes assuntos, com intuito de “beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida” (UNESCO, 2010, p. 31), o acesso a informações, e a possibilidade de ter esse espaço e se inserir nele, são aspectos importantíssimos para todo processo da vida, o conhecimento deve ser colocado em prática constantemente.
- Aprender a fazer, para além do fazer para a inserção no trabalho, é aprender “a enfrentar as numerosas situações e a trabalhar em equipe” (UNESCO, 2010, p. 31), que seja um aspecto espontâneo levando em conta as questões do contexto local e nacional, e que o ensino venha a contribuir nesse aspecto.
- Aprender a conviver, elucidar a importância da convivência humana, no sentido da paz, “preparar-se para gerenciar conflitos, no respeito pelos valores” (UNESCO, 2010, p. 31), compreendendo que cada ser humano tem sua individualidade que deve ser respeitado.
- Aprender a ser, parte do viés da construção pessoal do indivíduo, nos aspectos de “personalidade, e estar em condição de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia discernimento e responsabilidade pessoal” (UNESCO, 2010, p. 31).

Partindo desses pressupostos apontados para uma educação que prepare indivíduos para sua construção pessoal, e para o futuro, é que o Serviço Social vem para reforçar nesse espaço, Nesse momento de luta é importante traçar o que está sendo realizado pelos profissionais que já estão inserido ou desenvolvem trabalhos com intuito de concretizar os pilares apontados acima, e buscar aprimora-lo, além de entender como ocorre o trabalho em conjunto com os outros profissionais do espaço educacional, e como esse trabalho pode vir a contribuir para a construção cidadania dos indivíduos na educação.

Por fim, a grande pergunta norteadora: Como o Serviço Social pode contribuir na garantia de direitos dos Usuários da política pública de Educação? Entende-se que é no cotidiano da inserção profissional que esta categoria profissional, no conjunto das outras profissões, na articulação intersetorial, no trabalho minucioso e comprometido com os usuários direto e indiretos da política pública de educação básica, que as desigualdades vão sendo enfrentadas. Passa pelo enfrentamento das

diversas formas de violência visíveis e invisíveis, pela ampliação da justiça social por menor que seja. Não se pode deixar de compreender que:

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da vida social, aos interesses de classe (FRIGOTTO, 2010, p. 27).

É no campo dessas disputas que o Serviço Social se insere voltado para intervenções que ampliem a qualidade de vida das pessoas que passa por maior acesso a bens e serviços, e que tem na educação cidadã a grande esperança de futuro promissor de inúmeras crianças e adolescentes, pois a educação, tem um papel estratégico papel estratégico no fortalecimento da cidadania.

4.3 Sonhar para concretizar: Projeto de Lei número 3.688/2000: Serviço Social nas Escolar Públicas

As discussões sobre a atuação do Serviço Social na Política Pública de educação após a década de 90 como foi relatado acima, voltam a se intensificar novamente no ano de 2001, com o lançamento do documento “Serviço Social na Educação”, através do CFESS, ainda nesse mesmo ano a educação é citada como eixo temático no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Em 2008 as discussões ganham maior evidencia através do CFSS/CRESS, através da criação do grupo de trabalho Serviço Social e Educação dando inicio a estudos em municípios e Estados com a legislação do Serviço Social na Educação (SILVEIRA, 2017).

Evidencia-se nesse mesmo período a mobilização para a aprovação da PL Educação (o projeto de lei 3688/2000), de autoria do ex-deputado José Carlos Elias (PTB-ES), que dispõe sobre a inserção de psicólogos e assistentes sociais na rede de educação básica do Brasil, esse processo conta para além do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), recebe apoio nessa luta do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Nessa mesma direção em 2009, o deputado Fábio Faria (PMN-RN), apresentou na Câmara de Deputados o PL número 6.478/2009, que propõe a criação do cargo de assistentes sociais nos quadros funcionais das escolas públicas de ensino fundamental e médio em todo país. Em 2010, a deputada Sueli Vidigal (PDT/ES), unido a proposta criou a PL número 6.874/2010, que propõe a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para a criação do núcleo psicossocial, composto por assistente social e psicólogo nas escolas públicas de ensino fundamental, para atendimento a educandos vítima de violência doméstica, maus trato, e dependência química. “Estes dois projetos passaram a tramitar juntos por se tratar de matéria similar” (DELGADO, 2013, p. 146).

Em 2011 e 2012, houve o lançamento de duas brochuras, pelo conjunto CFESS/CRESS, sendo eles: Subsídios para debate sobre Serviço Social na Educação (CFESS, 2011), e Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na Política de Educação (CFESS, 2013). Em 2012, houve o I Seminário Nacional do Serviço Social na Educação, destacando os principais desafios da profissão nessa política (SILVEIRA, 2017).

Na busca pela conquista por esse espaço socio ocupacional, temos alguns processos em andamento na PL Educação, esse processo de luta que se dá em passos firmes, prolongado desde 2008, se viu após 11 anos, a necessidade urgente e gritante da sociedade trabalhadora, de haver na educação básica o olhar social nesse espaço, para o avanço da educação brasileira, e que a vida social dos indivíduos que necessitam da educação, está ligada ao seu desenvolvimento dentro do espaço educacional.

[...] a presença de assistentes sociais e psicólogos/as nas redes básicas de ensino é uma estratégia fundamental ao desenvolvimento da política de educação no Brasil já é comprovado, haja vista a experiência dos diversos municípios que já inseriram esses/as profissionais na área. [...] As equipes multiprofissionais na rede básica só vêm a contribuir para um atendimento integral e de qualidade a todos/as aqueles/as que compõem o processo ensino-aprendizagem, no entendimento de que a educação é um direito social. (CFESS, 2019, p. 2).

Atualmente, no dia 21 de agosto de 2019, houve a aprovação da câmara ao pedido de urgência da PL, após articulações por parte da deputada Jandira Feghali (PC do B/RJ), que abraçou o projeto vendo a importância e impacto positivo que tem na educação brasileira. E no dia 12 de setembro de 2019, ocorreu a aprovação do

plenário da câmara dos deputados, e após muitas mobilizações e resistência a PL aguardava a sanção presidencial, que no dia 9 de outubro de 2019 foi vetado pelo atual presidente, com argumento inconsistente de que um projeto que tem extrema importância para a educação, traria “despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros” (EXAME, 2019, p. 1).

Entretanto é nítido, que a educação no Brasil tem passado desde 2018 por uma onda de retrocessos, ‘perante a crise econômica, o governo e as empresas buscam restaurar a acumulação capitalista por meio da mercantilização dos direitos sociais, como educação, saúde, previdência, desmonte da proteção trabalhista, desde o governo Temer, questões que impactam na educação, como o Bolsa família teve 50% em reduções, o que prejudica na garantia a todos ao direito a educação pública.

O grande retrocesso na política de educação, empobrece a educação pública, e distancia-se cada vez mais da educação que visa a emancipação do indivíduo, e nessa perspectiva mantém-se a concretização que ocorre historicamente, o fortalecimento do conservadorismo que atua nas condições de exploração do trabalho que já é um elemento constitutivo da sociedade, e com isso fortalece a educação que agrada e atende ao que o capital almeja, que são indivíduos preparados apenas para ser subordinado a exploração e a alienação.

Nesta perspectiva, historicamente o conservadorismo esteve presente na sociedade brasileira no sentido de manter as condições para exploração do trabalho e dos/as trabalhadores/as, justamente por isso tal fenômeno configura-se como um elemento constitutivo da sociedade capitalista. Com isso o Estado e a sociedade conservadora adotam um modo passivo, para que o capital se reestruture no seu modo de produção, realizando ações que levam as políticas públicas ao sucateamento, privatização, fragmentação, “tais processos redimensionam a constitutiva superexploração da força de trabalho e a tradição autoritária e excludente do Estado e da sociedade brasileira” (YAZBEK *et al*, 2019, p. 8).

Atualmente temos no Brasil uma representatividade conservadora no cenário político brasileiro, funcionando como instrumento de manobra para minimizar os impactos e a oposição as reformas neoliberais, uma vez que concomitante a isso

crece processos de diminuição e retração das Políticas Sociais justificando-se através de um discurso meritocrático,

O avanço do pensamento conservador e reacionário na atualidade questiona valores básicos do Estado democrático de direito, buscando construir uma nova política funcional à sociabilidade do capital" (YAZBEK *et al*, 2019, p. 8).

O veto ao Projeto de Lei número 3688/2000, pela presidência da república, ocorrido no dia 9 de outubro de 2019, leva-nos a pensar que nesse momento em que a educação está em risco, e que investimentos na melhoria na qualidade como seria a PL educação foram barrados a resistência por parte dessas duas categorias profissionais foi essencial para a derrubada do veto que ocorreu no dia 27 de novembro de 2019, luta essa que se deu pelo conjunto de diferentes profissionais e pessoas que lutam por uma educação mais justa e igualitária.

Nesta direção em que o atual cenário se encontra, é necessário não abrir mão dos sonhos traçados, é necessário lutar e resistir por nossos direitos, sendo necessário construir estratégias. Compreendendo que a profissão de Serviço Social, defende e está comprometida com os sujeitos sociais com o qual a profissão trabalha e assim reafirmando o compromisso com a classe trabalhadora e a garantia de direitos.

Tornando-se um momento de intensificar o fortalecimento e a união da categoria profissional em prol dessa conquista, que visa o comprometimento com uma educação emancipatória, que resista aos desmontes e precarizações que enfraquecem a educação, e dão lugar a uma educação mercantilizada, manipulada pelo Estado Burguês, a atuação profissional, vem para garantir direitos, principalmente o de permanecer no espaço educacional, assim como a articulação entre as políticas sociais em benefício da qualidade de vida dos usuários da política pública de educação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi elucidar, a importância da atuação dos assistentes sociais na educação básica, na contribuição no enfrentamento das expressões da questão social que se manifestam de forma significativa nesse espaço, e a partir das demandas que surgem, o Serviço Social está sendo solicitado com grande intensidade, já que é o profissional preparado para atuar no enfrentamento, e na execução das políticas públicas e sociais.

O processo durante o desenvolvimento da pesquisa possibilitou a acadêmica em Serviço Social, a aproximação com essa temática que era de grande interesse pessoal e de estudo, no intuito de conhecer essa realidade educacional e fortalecer através dessa produção essa luta, que está tão próxima de se tornar uma grande vitória e conquista para a profissão. Para além da atuação profissional, pensar no resultado futuro, que essa inserção pode vir a contribuir para a educação e para a sociedade como um todo. Através dessa pesquisa, pode-se perceber que nesse momento em que temos avanços no projeto de lei, denominado PL educação que visa instaurar assistentes sociais e psicólogos nas escolas, tem-se necessidade de aprofundar os estudos referentes essa temática, como forma de fortalecer, a categoria profissional.

Se tem um número elevado de produções já realizadas sobre o Serviço Social e a educação, mas é necessário dar mais visibilidade para as produções, discutir a temática na graduação em Serviço Social, pois não se tem ainda uma disciplina no currículo, específica para tratar desse assunto que está totalmente ligado ao contexto histórico do Serviço Social, assim como fará parte de uma grande conquista da profissão. Por ser um espaço ainda a ser conquistado no Serviço Social no sentido da sua atuação profissional é necessário então fortalecer e intensificar as produções.

Buscou-se propor, discutir e refletir sobre a atuação dos assistentes sociais na política de educação básica, resgatando a história da educação escolar que é repleta de contradições, mais extremamente necessária em um país onde garantia e bem-estar caminham juntas o tempo todo. Nos tempos atuais, se tem uma forte onda do agravamento das expressões da questão social se manifestando nesse espaço, o que tem impactado no acesso a permanência dos usuários da política de educação, e com isso uma grande onda de desemprego e pobreza, pois o mercado de trabalho

cada vez mais exige uma mão de obra qualificada, na qual o Estado não dá conta das demandas apresentadas pelos trabalhadores. Nessa perspectiva o trabalho do Serviço Social na educação, vem possibilitar enxergar esse usuário na sua individualidade, pois a escolar, não se configura apenas em um espaço formador para o mercado de trabalho, e sim construtor das relações sociais dos indivíduos.

Nesse sentido o Serviço Social no âmbito da educação básica irá intervir na realidade social, pois tem a questão social como instrumento de trabalho, construindo estratégias para tornar o ambiente escolar, um espaço que vê seus alunos para além do currículo imposto para a mercantilização, possibilitando um olhar de sensibilidade, de acolhida, de respeito e de interação com a realidade concreta que cada indivíduo traz consigo.

Nosso trabalho se configura como ponte de aproximação entre escola, família e comunidade. Nessa perspectiva a atuação profissional, vem no sentido de valorizar a escola que é um aparelho fundamental para a sociedade, pois são espaços contraditórios e dinâmicos, dependendo da forma que são direcionados podem atuar na formação de indivíduos na perspectiva de protagonismo, emancipação e autonomia, como pode-se ser direcionado para preparação de apenas atender a sociedade capitalista.

É necessário nesse momento, resistir e unir força, contra esse veto e intensificar a resistência da categoria profissional em conjunto com a educação, e o conselho da profissão da psicologia, para que esse projeto não perca sua força, e que a educação pública seja sempre ampliada e fortalecida, e não modificada a cada plano de governo.

Por fim, o assistente social através do seu código de ética, e o amparo do seu projeto ético-político e a lei de regulamentação da profissão, é uma profissão com uma acumulo de experiencia de vitória contra esse sistema capitalista conservador e manipulador, e está preparado para vencer mais essa luta frente aos direitos da classe trabalhadora, contribuir com os espaços educacionais para a formação de uma educação emancipatória, possibilitando aos usuários dessa politica a chance de serem protagonistas de sua própria história.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. O Serviço Social na educação. *In: Revista Inscrita*. Brasília: [s. n.], 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/l/Downloads/Texto%20do%20tcc/Serviço-Social-e-politica-educacional-um-breve-balanço-dos-avanços-e-desafios-desta-relação.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

AMARO Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na Escola**: O encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

AMARO Sarita. **Serviço Social na educação**: base para o trabalho profissional. Florianópolis: UFSC, 2012.

AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de; DAMASCENO, Prisciany Ramos; TERTO, Luisa de Marilak de Souza; SILVA, Renata Raimundo da. Arranjos familiares de crianças de camadas populares. *In: Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 8, p. 11-20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v8nspe/v8nesa03.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

ARAUJO, Gilda Cardoso. Estado, políticas educacionais e direito a educação no Brasil: O problema maior é o de estudar. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 39, p. 279-292, jan./abril. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARBOSA, Maira de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do Serviço Social na educação brasileira**. Campinas: Editora Papel Social, 2015.

BORGES, Jessica Marina Diniz; MARINHO Heloisa Helena; SILVA Marcelli Regina. O trabalho em rede como uma estratégia de enfrentamento a fenômenos sociais complexos. *In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Anais [...]*. Belo Horizonte, 7 a 9 junho de 2013. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20TRABALHO%20EM%20REDE%20COMO%20UMA%20ESTRAT%3%89GIA%20DE%20ENFRENTAMENTO%20A%20FEN%3%94MENOS%20SOCIAIS%20COMPLEXOS.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em 12 ago. de 2019

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8662.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 12 ago. 2019.

BRASIL. **Cartilha Direito Humano à Educação.** Ação Educativa e Plataforma DHESCA. [S. l.: s. n.], 2009.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *In: Educ. Soc.*. Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a02.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

CABRAL, Carine Grazielle da Luz. **Evasão escolar:** o que a escola tem a ver com isso? Orientadora: Maria de Lourdes da Silva Leite Basto. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos). – Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. de. A ação em rede de implementação de políticas e programas sociais públicos. **Revista de Información del Tercer Sector.** [S. l.], 2003. Disponível em: http://www.lasociedadcivil.org/wp-content/uploads/2014/11/a_ao_em_rede_na_implementao.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

CARDOSO, Maria de Fatima Matos. **Reflexões sobre instrumentos em Serviço Social:** Observações Sensível, Entrevista, Relatório, Visitas e teorias de Base no processo de intervenção Social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

CASTEL, Robert. **Les metamorphoses de la question sociale**. Paris: Fayard, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na Educação**. Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília: [s. n.], 2001. Disponível em: [http://cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 24 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação**. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURA_CFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso: 27 out. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Relatório final: I Encontro Estadual de Serviço Social na Educação**. São Paulo: [s. n.], 2013. Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2017/12/cress_servicosocialnaeducacao.pdf. Acesso em: 27 out. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **PL Educação avança na Câmara e vai ao Plenário**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1197>. Acesso: 24 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **PL Educação é aprovado na Câmara dos Deputados e vai à sanção presidencial**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1619>. Acesso em: 24 set. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

DELGADO, Leila Baumgratz. **Espaço Sócio-Ocupacional do assistente social: seu arcabouço jurídico-político**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 113, p.113-151, jan/mar. 2013. ISSN 0101-6628.

EXAME. **Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-veta-pl-que-exigia-psicologia-e-assistencia-social-em-escolas/>. Acesso: 15 out. 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 17-20.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: Temas, textos e contextos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (públicas) sociais. *In: Cadernos Cedex*, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov./2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como pratica da liberdade**. 2. ed. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócios-ocupacionais do assistente social**. [S. l.: s. n.], 2009. p. 1-40. Disponível em: https://www.unifesp.br/campus/san7/images/servico-social/Texto_introdutorio_Marilda_Iamamoto.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13 ed. São Paulo: CELATS, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. **Revista SER social**. Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**. [S. l.], v. 29, n. 57, p. 133-148, jul. 1998.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social. *In: DAVID, CM., et al., orgs. Desafios contemporâneos da educação* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zt9xy/pdf/david-9788579836220-12.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1. Volume I. 13. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MARX, Karl. **A crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expresso Popular, 2008.

MENDES, Deiseleny Lopes; AGUIAR, Marcilia Silva; FONSECA, Vera Lúcia Mergener. A inserção do Serviço Social na Educação: possibilidades e desafios. *In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Anais [...]*. Belo Horizonte, 7 a 9 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20INSER%C3%87%C3%83O%20DO%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20POSSIBILIDADES%20E%20DESAFIOS.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MONTANÕ, Carlos. **A natureza do Serviço Social: Um ensaio sobre sua gênese, a 'especificidade' e sua produção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do serviço social**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. [S. l.: s. n.], 1999. Disponível em: http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação um tesouro a descobrir**. [S. l.: s. n.]: 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 15 nov. 2019.

PIERRO, Maria Clara. Nota sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil. In: **Educ. Soc.**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, out. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v26n92/v26n92a18.pdf>. Acesso em: 12 mai 2019.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira; BRAVO, Maria Inês Souza. **Política Social e Democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima, TEIXEIRA Solange Maria. **Redes e Intersetorialidade nas políticas sociais**. In: Textos & Contextos, v. 12, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em: 10 out. 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). **PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo**. [S. l.]. Editoria Estatísticas Sociais, 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-ano-s-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>. Acesso em: 12/10/2019

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. In: **Serviço Social & Realidade**. Franca, v; 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano e o enfoque misto na pesquisa social, uma relação necessária. *In: Textos & Contextos*, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

RAMOS, Adriana; SANTOS, Francine Helfreich Coutinho dos. **A dimensão técnico-operativo no trabalho do assistente social: ensaios críticos**. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Kátia Silva. Políticas públicas educacionais no Brasil: tecendo fios. *In: 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 2º CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO – ANPAE. Políticas Públicas e Gestão da Educação - construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. Anais [...]*. São Paulo: 2011, p. 01-13. Disponível em: http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhos_Completos/comunicacoesRelatos/0271.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

SAVELI, Esméria de Lourdes; TENREIRO, Maria Odete Vieira. A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais. **Revista Teoria e Prática da Educação**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 51-57, mai./ago. 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Sílvia Regina. **A produção do conhecimento do Serviço Social sobre a inserção profissional na política pública de educação no Brasil: Desafios e perspectiva no âmbito do projeto profissional**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre. 2017.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social: conhecimento instrumentalidade e intervenção profissional**. Ponta Grossa: [s. n.], 2008. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/altineia.neves/instrumentos-e-tecnicas-em-servico-social/sousa-charles-t-a-pratica-do-assistente-social-conhecimento-instrumentalidade-e-intervencao-profi-ssional/view>. Acesso em: 15 out. 2019.

SOUSA, Junior Justino. **MARX, e a crítica da educação: da expansão liberal democrática à crise regressivo destrutiva do capital**. Aparecida: Editora Ideias e Letras, 2010.

TONET, Ivo. **Método Científico: Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019. ISSN 2317-6318. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0007.pdf>. Acesso em: 19 set. de 2019.